



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ALEGRE/ES**

---

**RESOLUÇÃO COMED Nº 021/2024**

**Dispõe sobre aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação Especial do Município de Alegre, Espírito Santo.**

O Conselho Municipal de Educação de Alegre, Espírito Santo – COMED, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando OFÍCIO Nº 0141/2024/SEED/PMA;

Considerando deliberação da Plenária, em reunião extraordinária realizada no dia 25 de novembro de 2024.

**Resolve:**

**Art. 1º** - Aprovar por unanimidade as Diretrizes Operacionais da Educação Especial do Município de Alegre, Espírito Santo.

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Alegre (ES), 26 de novembro de 2024.

  
**Elisângela Santos Bitencourt**  
Presidente do Conselho Municipal  
de Educação – COMED/Alegre

Homologo em 29 / 11 / 2024

  
**Vanderson Valadares de Campos**  
Secretário Executivo de Educação

# **DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES**



**ALEGRE - ES**



**PREFEITO MUNICIPAL  
NEMROD EMERICK**

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO  
VANDERSON VALADARES DE CAMPOS**

**SUPERINTENDENTE DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
REJANE NOGUEIRA DOS SANTOS FÓSSE**

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO**

**TÉCNICA PEDAGÓGICA – PRESIDENTE DA COMISSÃO**  
ALINE DINO DE OLIVEIRA VEZULA

**REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO**  
TAIZA GARCIA VARGAS PIROVANI

**REPRESENTANTE DO ENSINO SUPERIOR**  
ROSANE MARIA SANTOS

**REPRESENTANTE DE PAIS**  
ELISANGELA AMORIM SCHWAN

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO**  
ALMIR RIBEIRO  
ANA PAULA TORRES DE SOUZA  
REJANE NOGUEIRA DOS SANTOS FÓSSE  
RENATA TONIATO LOPES

ALEGRE/ES - 2024

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”

Paulo Freire

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. CRONOGRAMA DE TRABALHO ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> .....	12
<b>2. MARCOS LEGAIS</b> .....	15
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA</b> ...	17
3.1 CONCEPÇÕES .....	17
3.2 PÚBLICO ALVO.....	18
<b>4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL</b> .....	21
4.1 PAPEL DA ESCOLA.....	21
4.2 PAPEL DO PROFESSOR.....	23
<b>5. O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: AVALIAÇÃO, PEI, METODOLOGIAS E RECURSOS ADAPTADOS ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA</b> .....	25
5.1 PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	25
5.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO:.....	26
5.2.1 AS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS.....	30
5.2.2 AVALIAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	30
5.2.3 AVALIAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	31
5.2.4 AVALIAÇÃO DO ALUNO SURDO OU DEFICIENTE AUDITIVO.....	31
5.2.5 AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA.....	32
5.2.6 AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA .....	32
5.2.7 AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS.....	33
5.2.8 AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES.....	36
5.3 PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI): PARTE ESPECÍFICA DO CURRÍCULO .....	37
<b>6. ESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL (EI E EF)</b> .....	38
6.1 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM) .....	40
6.1.1 ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SRM .....	42
6.1.2 DA FORMAÇÃO AS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	43
6.1.3 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA PARA OS ATENDIMENTOS .....	44
6.1.4 DOCUMENTAÇÃO PARA O ATENDIMENTO NA SRM .....	45

6.1.4.1. MATRÍCULA .....	45
6.1.4.2 ANAMNESE.....	46
6.1.4.3 CONTROLE DE FREQUÊNCIA .....	47
6.1.4.4 DIÁRIO DE CLASSE – REGISTRO DE CONTEÚDO .....	47
6.1.4.5 PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI).....	47
6.2 DA FORMAÇÃO A ATRIBUIÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR.....	48
6.2.1 QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS DO CUIDADOR ESCOLAR .....	49
6.2.2 SÃO ATRIBUIÇÕES DO CUIDADOR ESCOLAR .....	49
6.2.3 COMPETÊNCIAS E ATITUDES FUNDAMENTAIS PARA O CUIDADOR ESCOLAR.....	49
6.3 A EQUIPE ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA .....	52
6.3.1 DESAFIOS DA INCLUSÃO: COLABORAÇÃO MÚTUA E DIVERSIDADE NA ESCOLA .....	53
6.3.2 AGENTES ESCOLARES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO: UMA REDE DE COLABORADORES .....	54
6.4 PROFISSIONAIS DE APOIO: PROMOVENDO ACESSO E APRENDIZADO INCLUSIVOS.....	62
6.4.1 ATRIBUIÇÕES PROFESSOR BILÍNGUE .....	63
6.4.2 ATRIBUIÇÕES PROFESSOR E INSTRUTOR DE LIBRAS .....	64
6.4.3 ATRIBUIÇÕES TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS .....	66
6.4.4 ATRIBUIÇÕES PROFESSOR DE BRAILLE: .....	67
<b>7. GERÊNCIA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - GAESP: PROMOVENDO INCLUSÃO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE ALEGRE.....</b>	<b>67</b>
7.1 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE .....	68
7.2 ATRIBUIÇÕES DA GAESP .....	68
7.3 ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS .....	69
<b>8. TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM.....</b>	<b>70</b>
8.1 TIPOS DE TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM .....	70
8.2 TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM.....	72
8.3 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS E METODOLÓGICAS .....	73
8.3.1 RECEBENDO E ACOLHENDO O ALUNO.....	73
8.3.2 ORGANIZANDO O ESPAÇO – MONITORANDO O PROCESSO .....	74
8.3.3 PROCEDIMENTOS FACILITADORES .....	75
8.3.4 UMA CONVERSA COM EDUCADORES: REALIZANDO TAREFAS, TESTES E PROVAS.....	76
8.3.5 MANEIRAS ALTERNATIVAS DE AVALIAÇÕES .....	77
8.4 SOBRE O ALUNO COM TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR (TOD).....	78

8.4.1 PROCEDIMENTOS FACILITADORES COMPORTAMENTAIS .....	79
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>81</b>



## APRESENTAÇÃO

A Secretaria Executiva de Educação de Alegre - ES, incorporou-se ao programa de implementação da Sala de Recursos Multifuncionais proposto pelo Ministério da Educação no ano de 2009, sua efetivação ganhou contornos mais tangíveis com a promulgação da Resolução 04/2009, consolidando-se no ano subsequente (2010) com a abertura das matrículas dos alunos na primeira Sala de Recursos Multifuncionais do município. Assim a proposta sugerida neste documento visa garantir o acesso, a constância e, sobretudo, a aprendizagem dos alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), altas habilidades/superdotação e transtornos específicos da aprendizagem.

É relevante que este documento chegue ao conhecimento de todos, pois, subsidiará as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais que colaborarão para o aprimoramento e a continuidade do processo educativo, qualificando as ações de todos os envolvidos no ensino aprendizagem de nossos alunos. As **Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES** foram elaboradas primeiramente em um intenso processo de reflexão e a partir de programas de formação de cuidadores, capacitações específicas, seminários, reflexões, discussões e avaliações dos profissionais envolvidos que atuam diretamente e indiretamente com a criança/aluno. Portanto, este documento é um ponto de partida, entretanto, é necessário deixar claro que implica em mudanças de atitudes e comportamento no ambiente escolar em relação às ações em construção na educação das crianças/alunos especiais. Estamos escrevendo uma história, cujos desenvolvimentos acontecem a partir da socialização do referido documento à sociedade, que deve ser revisto e ajustado sempre que necessário, a partir de novos contextos formativos, guiando e aprofundando práticas educacionais que garantam às nossas crianças/alunos capacidades cada vez mais significativas.

**VANDERSON VALADARES DE CAMPOS**  
Secretário Executivo de Educação de Alegre/ES  
Decreto nº 12.698/2022

## INTRODUÇÃO

A construção das Diretrizes da Educação Especial Inclusiva é um marco fundamental para a Educação de Alegre – ES, que orienta as ações educacionais, promovendo o respeito à diversidade escolar e impulsionando a equidade entre todos os membros da equipe educativa. Este documento abrange uma variedade de temas essenciais, refletindo o compromisso da instituição com uma abordagem inclusiva.

Os temas abordados nas Diretrizes incluem, mas não se limitam a: o papel do Cuidador Escolar e Estagiário, estratégias para lidar com Altas Habilidades, a organização do Atendimento Educacional Especializado, a implementação da Sala de Recursos Multifuncionais (considerando abordagens colaborativas, atendimento individualizado e planejamento), o Atendimento Domiciliar, além de considerações específicas para Deficiência Intelectual, Deficiência Visual, Surdez-Libras, Autismo (com foco em Rotina, Continuidade de Cuidador e Transição) e a presença significativa da Educação Especial na Educação Infantil.

Dada a complexidade e abrangência desses temas, a elaboração dessas diretrizes requer um esforço coletivo. A participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo, aliada a um embasamento científico sólido, é crucial. A busca por um equilíbrio entre robustez e flexibilidade é essencial para garantir que as diretrizes sejam capazes de se adaptar dinamicamente às necessidades dos alunos público-alvo da educação especial.

As Diretrizes da Educação Especial Inclusiva é um documento essencial que oferece orientação valiosa para toda a equipe escolar. Estas diretrizes desempenham um papel crucial ao esclarecer as atribuições de cada membro da equipe, proporcionando uma base sólida para a facilitação eficaz da inclusão escolar.

Um dos pontos destacados nas diretrizes é a abordagem de como lidar com situações adversas. Este componente fornece estratégias e práticas recomendadas para enfrentar desafios específicos que possam surgir no contexto da inclusão, promovendo um ambiente escolar que seja acolhedor e propício ao aprendizado para todos.

Além disso, as diretrizes oferecem orientações sobre a organização da sala de aula. Elas detalham adaptações físicas, estratégias de ensino e métodos de avaliação

que podem ser implementados para criar um ambiente inclusivo. A configuração da sala de aula é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, possam participar plenamente das atividades educacionais.

O planejamento específico é outra área abordada pelas diretrizes. Elas oferecem insights sobre como elaborar planos de aula que atendam às diversas necessidades dos alunos, considerando diferentes estilos de aprendizagem, ritmos e níveis de habilidade. Esse planejamento personalizado visa proporcionar uma experiência educacional mais eficiente e significativa para cada aluno.

As Diretrizes da Educação Especial Inclusiva demonstram uma atenção especial aos alunos que enfrentam desafios específicos, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Específico de Aprendizagem e o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD). O documento, de forma abrangente, busca estabelecer estratégias e abordagens que atendam às necessidades únicas desses alunos, promovendo uma educação inclusiva e equitativa.

No que diz respeito ao TDAH, as diretrizes oferecem orientações específicas sobre práticas pedagógicas que podem ser adotadas para lidar com a desatenção, hiperatividade e impulsividade. Essas estratégias visam criar um ambiente de aprendizagem que seja adaptado às características desses alunos, promovendo a participação ativa e o desenvolvimento acadêmico.

Já em relação aos alunos com Transtorno Específico de Aprendizagem, as diretrizes abordam métodos e recursos que podem ser implementados para superar os desafios relacionados à aquisição e retenção de habilidades acadêmicas específicas. Essa abordagem visa garantir que esses alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu pleno potencial acadêmico.

No que concerne ao Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), as diretrizes se propõem a oferecer estratégias para lidar com comportamentos desafiadores e oposicionistas. O foco está em promover um ambiente escolar que seja seguro e propício ao desenvolvimento socioemocional desses alunos, incentivando atitudes positivas e construtivas.

Assim, as Diretrizes da Educação Especial Inclusiva não apenas reconhecem, mas também endereçam especificamente as necessidades dos alunos com TDAH,

Transtorno Específico de Aprendizagem e Transtorno Opositivo Desafiador. Essa abordagem direcionada busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, promovendo um ambiente escolar que valoriza a diversidade e o potencial de cada aluno.

As Diretrizes da Educação Especial Inclusiva não apenas esclarecem o papel de cada membro da equipe escolar, mas também oferecem um guia prático para superar obstáculos, organizar o ambiente de aprendizado e criar planos de aula que promovam a diversidade. Ao seguir essas diretrizes, a equipe escolar estará mais bem equipada para criar um ambiente educacional que atenda às necessidades individuais de todos os alunos, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva.

Essa abordagem colaborativa e embasada em evidências não apenas fortalecerá a implementação prática das diretrizes, mas também contribuirá significativamente para o aprimoramento do sistema educacional como um todo. Ao promover uma educação inclusiva e equitativa, as Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre desempenharão um papel vital no desenvolvimento acadêmico e social dos professores, alunos e seus familiares, garantindo que cada aluno receba o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial.

## 1. CRONOGRAMA DE TRABALHO ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Objetivando organizar as datas, atividades, e recursos para a formação, edificação e elaboração das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES – 2023 sendo concretizado o cronograma de trabalho, com a finalidade de nortear e direcionar, evitando atrasos nas ações, e para ser utilizado na comunicação com as Comissões Central e Representativa.

MÊS	DIA	AÇÕES
Março/2023	13 a 23	Planejamento.
	23	Reunião para análise e estrutura para a formação da comissão de organização para a elaboração da minuta das Diretrizes.
	23	Análise das bases teóricas
Abril/2023	Semana de 17 a 20	Estruturando o cronograma
	Semana de 24 a 28	Envio de ofícios solicitando a confirmação dos representantes indicados por cada segmento para a elaboração das diretrizes. (Formação da Comissão)
Maio/2023	02	Criado os grupos de estudos com os representantes da Secretaria Executiva de Educação
	16	Convite aos palestrantes para as formações com a comissão
	29	Reunião de apresentação da base teórica da Proposta das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES.
Junho/2023	15	Formação: Deficiência Intelectual Palestrante: Dr. Rosane Maria Santos (FAFIA)
Julho/2023	13	Formação: Surdez/Libras Palestrante: Natália Bastos (IFES)
	27	Formação: Autismo

		Palestrante: Aline Dino de Oliveira Vezula (SEED)
Agosto/2023	10	Formação: Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (atendimento individual, colaborativo, domiciliar e planejamento).  Palestrante: Aline Dino de Oliveira Vezula (SEED)
	24	Formação: Transtorno de déficit de atenção e transtornos de aprendizagem (dislexia, discalculia, disgrafia).  Palestrante: Aline Dino de Oliveira Vezula (SEED)
Setembro/2023	18	Mesa redonda: Cuidadores e Estagiários (formação e atribuição)
	28	Formação: Altas Habilidades  Palestrante: Sandra Sanglard (Secretaria Municipal de Educação de Guaçuí)
Outubro/2023	23	Reunião com os representantes da SEED  Organização dos temas apresentados e correções
Novembro/2023	10	Envio da Minuta das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES, à comissão para análise e parecer
	16	Correção dos capítulos 7 e 8 das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES
	23	Envio da Minuta das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES, à comissão para análise e parecer
Dezembro/2023	11	Apresentação parcial da minuta das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES ao Conselho Municipal de Educação – COMED pelo Secretário Executivo de Educação
Janeiro/2024	1 a 31	Revisão e análise da minuta das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES

		pela gerente de atendimento especializado Patrícia Santos
Fevereiro/2024	5 a 26	Revisão da Minuta das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES, realizando as alterações sugeridas pelo Secretário Executivo de Educação
Março/2024	02	Reunião com a comissão para leitura e correções
	09	Reunião com a comissão para leitura e correção do capítulo
	15 a 29	Envio da Minuta das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES, à Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Alegre/ES para análise e parecer
Abril/2024	08	Apresentação e Análise da Minuta de Proposta das Diretrizes Operacionais da Educação Especial de Alegre/ES, ao Prefeito Municipal, Secretaria Executiva de Finanças, Secretaria Executiva de Administração e a Procuradoria Geral do Município (PGM) da Prefeitura de Alegre/ES.
Maio/2024	5	Adequações e parecer final
	20	Apresentação da conclusão da elaboração da minuta da Política da Educação Especial no Município de Alegre/ES – Diretrizes Operacionais da Educação Especial do Município de Alegre/ES

## 2. MARCOS LEGAIS

A história da inclusão e da garantia de direitos à educação das pessoas com deficiência no Brasil é marcada por uma série de marcos legais que visam promover a diversidade, acessibilidade, respeito e equidade escolar. Cada passo nessa jornada legislativa representa um avanço significativo em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Tudo começa com a Constituição Federal de 1988, que estabelece as bases para a política nacional da diversidade na educação. A partir dessa constituição, vários documentos legais foram criados para fortalecer a educação inclusiva:

I. Em 1990, foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabeleceu diretrizes importantes para a proteção dos direitos das crianças, incluindo aquelas com deficiência. Esse estatuto foi posteriormente alterado pela Lei nº 13.257/2016, fortalecendo ainda mais as políticas de inclusão.

II. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, definiu a educação especial como uma modalidade de educação escolar que deve ser transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, preferencialmente na rede regular de ensino. Isso assegurou que a inclusão fosse parte integrante do sistema educacional.

III. Em 2002, a Lei nº 10.436 estabeleceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua oficial para a comunidade surda, garantindo o direito à comunicação e à educação das pessoas surdas.

IV. Em 2007, a Lei nº 11.494 regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que desempenha um papel crucial no financiamento da educação inclusiva.

V. Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida foi criada, visando atender os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ela reforça o atendimento educacional



especializado como forma de eliminar barreiras à plena participação dos alunos.

VI. Em 2009, o Decreto nº 6.094/2007 estabeleceu diretrizes para o Compromisso Todos pela Educação, com foco na inclusão educacional nas escolas públicas, garantindo o acesso e a permanência no ensino regular, bem como o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

VII. Em 2011, o Decreto nº 7.611 consolidou diretrizes para a educação especial e o atendimento educacional especializado.

VIII. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) foi instituída. Ela tem como objetivo assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

IX. Em 2009 o município de Alegre ES aderiu ao programa de implementação da sala de recursos multifuncionais do Ministério da Educação. No ano de 2010, através da Resolução de nº 04/2009, as matrículas dos alunos na sala de recursos multifuncionais, iniciaram na EMEFT “Luciano Alves Duarte”, a 1ª sala SRM do Município. Preconizando uma sequência de ações a fim de promover a Inclusão na Educação, como a formação para professores.

X. O município de Alegre – ES, aliado a esse compromisso, em 2022 criou o cargo de cuidador para alunos com deficiência através da Lei Municipal nº 3.723/2022.

Esses marcos legais representam um compromisso contínuo com a inclusão e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência na educação e na sociedade, refletindo a evolução das políticas de diversidade, acessibilidade e equidade escolar ao longo das décadas no Brasil.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

É importante entender que a inclusão educacional não se resume apenas a matricular crianças em escolas regulares, mas também envolve a criação de ambientes de aprendizagem que atendam às necessidades individuais de todos os alunos, promovendo a equidade e a diversidade. Como um esforço contínuo que exige a colaboração de governos, escolas, comunidades e organizações, a fim de garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade e participar plenamente da sociedade.

#### **3.1 CONCEPÇÕES**

A educação especial é um componente essencial do sistema educacional que se compromete com a garantia do pleno acesso e a participação de todos os alunos, independentemente de suas necessidades individuais. Ela se integra de maneira orgânica à proposta pedagógica da classe comum, promovendo serviços e recursos que visam atender às demandas específicas dos alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, conforme indicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC, 2020).

A base dessa abordagem inclusiva está enraizada no reconhecimento de que a educação é um direito fundamental de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a educação é um direito que deve ser assegurado pelo Estado, pela família, pela comunidade escolar e pela sociedade como um todo. O objetivo é promover o desenvolvimento máximo das habilidades e talentos dos indivíduos, abrangendo suas capacidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais. Além disso, a legislação visa proteger essas pessoas de qualquer forma de violência, negligência e discriminação, levando em consideração suas características, interesses e necessidades de aprendizagem únicas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, elaborada em 2008, juntamente com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece critérios para definir os alunos que se enquadram no público-alvo da educação especial. Essa definição serve como base para a implementação de políticas e práticas inclusivas, visando garantir que esses alunos recebam o suporte necessário para atingir seu pleno potencial no ambiente educacional.

Portanto, a educação especial no Brasil busca não apenas garantir o acesso à educação, mas também promover a inclusão, o respeito às diferenças e o desenvolvimento pleno de cada aluno, independentemente de suas características individuais. Essa abordagem reflete o compromisso do país em construir uma sociedade mais igualitária e inclusiva, onde todos tenham a oportunidade de aprender e crescer.

### 3.2 PÚBLICO ALVO

O reconhecimento e a definição do público-alvo da educação especial são aspectos fundamentais para garantir uma abordagem inclusiva e adequada às necessidades individuais dos alunos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que foi instituída no Brasil em 2008, caracteriza como público-alvo da Educação Especial, os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa política, tem o objetivo de promover a inclusão desses alunos em classes e escolas regulares inclusivas, garantindo um atendimento educacional especializado e de qualidade.

**I - Alunos com deficiência** - Esta categoria abrange aqueles alunos que enfrentam impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. Esses impedimentos podem variar desde dificuldades físicas que afetam a mobilidade até desafios cognitivos que impactam o processo de aprendizagem. Compreende o grupo que possui impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, ou sensorial, os quais, que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída

sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Portanto, são os alunos com deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência intelectual, deficiência física, surdo-cegueira e deficiência múltipla (Brasil, Lei nº 13.146/2015).

**II - Alunos com transtornos globais do desenvolvimento** - Este grupo engloba aqueles que apresentam deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal, usada para interação social; ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados, interesses restritos e fixos (Lei nº 12.764/2012). Estão incluídos aí os alunos com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA.

**III - Alunos com altas habilidades/superdotação** - São aqueles que apresentam desenvolvimento ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isolada ou combinada, criatividade e envolvimento com as atividades escolares, sendo as áreas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artística e outras.

A inclusão desses alunos requer abordagens pedagógicas específicas e adaptadas às suas necessidades individuais, que assegure acesso a oportunidades educacionais que atendam às suas necessidades específicas, promovendo a igualdade de direitos, que os desafie, proporcionando oportunidades enriquecedoras que os ajudem a desenvolver seu potencial ao máximo.

A definição e categorização das diferentes formas de deficiência, assim como das altas habilidades/superdotação, desempenham um papel fundamental na promoção da educação inclusiva e na adequada prestação de serviços educacionais.

A inclusão desses diferentes grupos de alunos na educação regular é uma expressão do compromisso com a igualdade de oportunidades e com a valorização

da diversidade. Cada aluno, independentemente de suas características individuais, merece ter acesso a uma educação de qualidade que respeite suas particularidades e promova seu pleno desenvolvimento. Portanto, a categorização dos alunos público-alvo da educação especial é um passo essencial na direção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Isso reflete o compromisso em garantir os direitos e a inclusão de todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades individuais, para tanto, é necessário a adoção de abordagens educacionais específicas que atendam às necessidades individuais de cada aluno. É importante que as escolas estejam preparadas para proporcionar um ambiente inclusivo e adaptado, para o desenvolvimento do potencial de todos.

O acompanhamento e o suporte adequado a cada uma dessas categorias são essenciais para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades no ambiente educacional.

Importante se faz destacar que, apesar de na Resolução MEC nº 4/2009 não estarem inclusos o grupo de alunos com TDAH – Transtornos do Déficit da Atenção e Hiperatividade, TOD – Transtornos Opositor Desafiador e Transtornos de Aprendizagem, há necessidade de incluí-los no grupo de alunos com necessidades especiais, já que não aprendem como as outras crianças e acabam à margem da sociedade, sem que seu potencial seja desenvolvido. Esse grupo apresenta dificuldades que comprometem a aprendizagem e necessitam de adaptações, com currículos flexíveis que contribuam para sua inclusão.

A educação não é apenas um direito, mas também uma forma de enriquecer a sociedade, promovendo a diversidade, o respeito e a valorização das diferenças. Portanto, é fundamental que todos os esforços sejam direcionados para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e acessível a todos.

## **4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

A educação não se limita à instrução ou à transmissão de conhecimentos, ela compreende o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, aprimorando habilidades e competências, desempenhando um papel fundamental na construção do conhecimento, dos valores e comportamentos que possam contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

### **4.1 PAPEL DA ESCOLA**

A concepção histórico-crítica da educação, conforme apresentada por Saviani (1995), tem como objetivo principal a transformação das relações de produção na sociedade, buscando alcançar uma maior igualdade social. Essa abordagem pedagógica baseia-se em uma visão histórica e crítica da educação, reconhecendo que a escola desempenha um papel importante como mediadora nas práticas sociais globais.

Segundo essa perspectiva, a educação não deve ser vista como algo separado da realidade social, mas sim como parte integrante dela. A relação pedagógica, que envolve professores, alunos e conteúdo educacional, deve ter como ponto de partida e de chegada a prática social, ou seja, a realidade em que os indivíduos estão inseridos.

A escola tem um papel fundamental na formação dos indivíduos, fornecendo conhecimento e desenvolvendo habilidades. Esses indivíduos, quando atendidos em suas fragilidades, podem ser transformados e transformar os espaços em que habitam e, dessa forma, provocar mudanças, buscando assim a escola maior igualdade e justiça.

Em resumo, a concepção histórico-crítica da educação, de acordo com Saviani e outros pensadores, enfatiza a importância da educação como um instrumento de transformação social, que capacita as pessoas a compreenderem e agirem sobre a realidade em que vivem.

Diante disso, destaca-se a importância de um ensino de qualidade que atenda às demandas de todos os alunos, enfatizando a necessidade de um sistema educacional que seja capaz de oferecer uma prática educativa adequada às diversas dimensões da realidade do educando, que considere os interesses e motivações dos alunos como parte fundamental do processo educativo. Isso implica em reconhecer as diferentes origens, necessidades especiais e contextos de cada um, devendo a educação ser sensível a essas diferenças, adaptando-se para melhor atender as necessidades individuais e coletivas de forma a garantir a equidade.

Nesse sentido, a escola como espaço de formação e construção de conhecimentos deve nortear suas ações de modo a atingir todas as crianças. Ela deve ser um ambiente que favorece a inserção dos alunos em todos os contextos pedagógicos, respeitando seu potencial e limitações. A aprendizagem não deve ser apenas um exercício teórico, mas também prático, que permita a participação de todos e que os ajude a compreender o sentido do que aprendem.

Diante desses fatores, a Educação Comum Inclusiva é uma abordagem que busca promover a igualdade de oportunidades e o acesso à educação para todos os alunos, independentemente de suas características, aptidões ou necessidades. Ela se baseia na ideia de que a escola deve ser um espaço acolhedor e adaptado para atender às diferenças individuais, proporcionando uma educação de qualidade a todos os alunos, sejam eles considerados alunos típicos ou alunos públicos-alvo da Educação Especial.

O conceito de "Escola para Todos" é central nessa abordagem, e ele implica que cada aluno deve ter a oportunidade de aprender de acordo com suas habilidades e capacidades. Isso significa que a escola comum não deve ser apenas para aqueles considerados "normais" ou "típicos", mas sim um ambiente inclusivo que reconhece e valoriza as diferenças individuais.

Essa abordagem vai além da ideia de segregação, em que os alunos públicos-alvo da Educação Especial seriam encaminhados para escolas especializadas. Em vez disso, a ideia é que a escola comum se torne especializada em atender a todos os alunos, adaptando suas práticas pedagógicas e estruturas para acomodar as diversas necessidades e características dos alunos.

## 4.2 PAPEL DO PROFESSOR

A abordagem Vygotskyana é fundamental quando se trata de entender a importância dos aspectos socioculturais na inclusão escolar, especialmente em relação às crianças com deficiência ou dificuldades de desenvolvimento. Vygotsky (1997 apud Braz-Aquino; Cavalcante; Ferreira, 2016) enfatizou a interação social, a mediação e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) como conceitos-chave para compreender o desenvolvimento humano.

Vygotsky (1997 apud Braz-Aquino; Cavalcante; Ferreira, 2016) reconheceu a plasticidade cerebral, a capacidade do cérebro de se adaptar e mudar ao longo da vida. Isso significa que, mesmo em casos de déficits ou danos cerebrais, as intervenções adequadas e a mediação social podem influenciar o desenvolvimento e o aprendizado da criança.

Baseando na teoria Vygotskyana é possível deduzir que a inclusão escolar deve ser sensível às necessidades individuais das crianças, devendo o professor reconhecer que a interação social e a mediação desempenham papéis importantes na promoção do desenvolvimento e do aprendizado. Portanto, a inclusão não se trata apenas de matricular crianças com deficiência em escolas regulares, mas também em criar ambientes que ofereçam o apoio necessário para que elas atinjam seu potencial máximo e participem plenamente da educação e da sociedade.

Diante disso, Vygotsky (2009) corrobora trazendo que a aprendizagem não se limita a transmissão de conceitos científicos, ela está intimamente ligada ao desenvolvimento da criança, exercendo papel de destaque quando realizada sobre as funções em amadurecimento. Para o autor, o desenvolvimento da criança e de suas funções cognitivas, não está separado do processo de aprendizado e a escola desempenha um papel crucial nesse aspecto.

Diante desses desafios, o professor desse novo século precisa desenvolver competências e habilidades que contemplem as necessidades de cada aluno, sem discriminação.

Perrenoud (2002) apontando os desafios que o professor do início do século XXI enfrenta, destaca as competências que refletem a necessidade de os educadores estarem preparados para atuar de forma eficaz no ambiente escolar que está em



constante evolução. Aqui utilizaremos algumas delas para melhor ilustrar o papel do professor como educador na sala de aula inclusiva.

De acordo com o autor o professor deve organizar e dirigir situações que envolvam a capacidade de criar ambientes de aprendizado eficazes que incluam todos os alunos, administrando a progressão das aprendizagens, acompanhando o progresso individual de cada aluno, identificando suas necessidades, ajustando o ensino a elas, ou seja, o professor atuará nas fragilidades do educando, propiciando o avanço de todos.

Perrenoud (2002) traz a competência de conceber e fazer envolver os dispositivos de diferenciação, destacando a capacidade de lidar com a heterogeneidade na sala de aula, como forma de adaptar o ensino para atender às necessidades de cada aluno, ou seja, não há exclusão, todos devem aprender de acordo com suas capacidades.

Todos os alunos devem ser envolvidos na aprendizagem, com incentivo a autonomia e engajamento para que sejam protagonistas do próprio processo educacional. Para atingir essa competência, pode-se dizer que Perrenoud (2002) traz outra, a utilização de novas metodologias que propiciem novas abordagens pedagógicas com métodos de aprendizagem atualizados, para isso é necessário que o professor esteja aberto à novas abordagens.

Dessa forma, o ensino-aprendizagem atingirá todas as crianças, tanto as ditas normais quanto àquelas com deficiências. Gonçalves (2008) dando ênfase à teoria Vygotskyana afirma a importância da cultura e da mediação para que o desenvolvimento ocorra:

Tanto o desenvolvimento das crianças ditas normais quanto o desenvolvimento das crianças deficientes acontece na cultura, no meio das outras pessoas, através da linguagem, das palavras, dos gestos, dos olhares, do afeto: da mediação semiótica – intervenção de alguém que possibilita a interação entre a pessoa e o mundo (intervenção de alguém entre a criança e a letra, entre a criança e os números, entre a criança e o desenho, entre a criança e a fala, a criança e as regras do jogo, a criança e o brincar, a criança e o conhecimento [...]) (Gonçalves,2008, p. 11).

Nesta citação fica claro que as crianças devem aprender juntas, por meio da interação, na troca de conhecimentos e, especialmente, na troca de afetos e é aí que

o professor deve atuar como mediador da aprendizagem e das trocas, é aí que a intervenção pedagógica se faz necessária. Para Vygotsky, de acordo com Oliveira (1993), o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, sendo a escola essencial nessa construção, pois o professor direcionará o ensino para uma etapa intelectual mais avançada, ou seja, a criança avançará do nível de desenvolvimento potencial para o nível de desenvolvimento real, dessa forma a ação pedagógica é mais do que necessária para a superação de barreiras, não somente para as crianças sem dificuldades como também para aquelas com dificuldades.

Vygotsky (Braz-Ferreira; Aquino; Cavalcante (2016) destacou ainda a importância de não apenas se avaliar o estado atual da criança com deficiência, mas também considerar seu potencial de desenvolvimento futuro e suas experiências de aprendizado. Isso implica olhar para a criança como um ser em evolução, com a capacidade de aprender e crescer, ou seja, o professor precisa conhecer seu nível de desenvolvimento potencial para que possa atingir o nível de desenvolvimento real.

## **5. O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: AVALIAÇÃO, PEI, METODOLOGIAS E RECURSOS ADAPTADOS ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.**

### **5.1 PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

Nesse contexto, muitas das crianças e adolescentes com deficiência sequer são consideradas alunos – são os “alunos de inclusão”, aqueles que simplesmente estão em sala de aula e que frequentemente realizam atividades de forma segregada dos demais. É isso que chamamos incluir? Há muito tempo já sabemos que não basta estar em sala de aula, é necessário também participar e aprender. Então por que estamos, ano após ano, fracassando na tarefa essencial da escola, que é ensinar? Não existe um caminho único ou uma metodologia que possa ser simplesmente aplicada, nem mesmo uma capacitação que seja suficiente.

A educação numa perspectiva inclusiva se efetiva por meio de um processo contínuo e coletivo de reflexão sobre a prática, tendo como base os conceitos de inclusão, igualdade e diferença. Os preceitos da autora Dias (2017) fortalecem a

concepção do sistema municipal de ensino de Alegre/ES, que corrobora com o desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas no sentido de que: Todos têm o direito de estar e de aprender na escola e todos alunos têm direito à diferença sempre que houver necessidade de alguma diferenciação para garantir participação e aprendizagem.

Em outras palavras, se todos são diferentes entre si, precisamos simultaneamente diversificar e diferenciar, ou seja, propor estratégias pedagógicas diversificadas e potencialmente adequadas para trabalhar com um grupo heterogêneo e, ao mesmo tempo, propor diferenciações em termos de desafios e apoios, sempre que necessário, para garantir igualdade de oportunidades no processo de escolarização. (DIAS, 2017, p. 2) Com vistas à concepção de uma pedagogia inclusiva, acreditamos no poder de um professor capacitado, mas também se prioriza o tempo de planejamento, recursos materiais e humanos, trabalho colaborativo entre profissionais e entre escola e família e uma cultura escolar inclusiva dentro e fora da sala de aula. Para o acontecimento dessas práticas, faz-se necessário envolvimento de múltiplos atores em uma perspectiva sistêmica.

A garantia do funcionamento dessa complexa engrenagem é o ponto central, pois o processo de transformação se dá a partir de pequenas ações, que ocorrem simultaneamente e desencadeiam mudanças nas práticas, na organização dos sistemas de ensino e na cultura educacional. Portanto, mudanças e ações dependem do compromisso ético de cada profissional, de cada família, de cada escola no compromisso de uma educação de qualidade para todos

## 5.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO:

A avaliação é parte integrante e inseparável do processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, a Proposta Político-Pedagógica de uma escola inclusiva deve conceber a avaliação como um processo contínuo, por meio do qual as estratégias pedagógicas são definidas, reorientadas ou aprimoradas, de acordo com as especificidades educacionais dos alunos.

O processo de avaliação deve ser, assim, diversificado, objetivando o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos alunos. Cabe à escola propor estratégias que favoreçam a construção coletiva do conhecimento por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2011, P.01).

Muitas dúvidas pairam sobre os professores em relação à retenção ou aprovação do aluno público-alvo da educação especial. Existe, sem dúvida, um equívoco quase generalizado de que o aluno com laudo médico não pode ficar retido, pois estaria amparado por lei. Devemos deixar claro que o laudo somente informa a condição do paciente na área clínica e que de forma alguma designa a parte pedagógica.

O ideal é que o aluno com deficiência acompanhe as demais crianças da sua idade, mas diante de situações específicas é perfeitamente possível formular um pedido de retenção escolar junto à instituição de ensino, bem como perante à Secretaria de Educação responsável.

Contudo, não basta a mera alegação de deficiência da criança! Para pleitear a retenção é preciso demonstrar de forma técnica, por meio de laudos e relatórios dos profissionais que acompanham o aluno a real necessidade de manutenção dessa criança no ensino infantil, bem como os riscos ou prejuízos que o menor pode sofrer com a progressão escolar automática ou forçada.

Comprovados esses requisitos, a necessidade de retenção escolar na educação infantil estará devidamente justificada para garantir o máximo desenvolvimento possível das habilidades e talentos das crianças com deficiência, bem como para assegurar melhores condições de acesso na próxima fase de sua vida escolar. Em diversos casos é possível resolver a questão da retenção escolar na via administrativa.

Nesse sentido, a Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), que possui força de norma constitucional em nosso ordenamento jurídico, ainda assevera em seu artigo 7 que os “Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças.”

E mais, o artigo 24, o Decreto nº 6.949/2009, ao assegurar o direito à educação inclusiva de qualidade, fixou o comando para a necessária promoção do “máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais.”

No âmbito do direito a educação, seguindo os comandos e princípios do Tratado Internacional, a Lei nº 13.146/2015 (LBI) em seu art. 28 V, determina, quando necessário, a adoção de medidas individualizadas que forem necessárias para maximizar o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

Sabemos que o melhor cenário é que a criança com deficiência acompanhe seus pares por idade e com todos os recursos que a lei determina para um atendimento educacional especializado de qualidade.

Ribeiro (2020, p. 66) aponta que “jamais devemos esquecer que, apesar da importância de um bom diagnóstico, o professor não depende de um laudo para a elaboração de programas de inclusão ou mesmo para intervir quando o assunto é aprendizagem”. Nesse mesmo sentido a mesma autora disserta a importância dos laudos que aprimoram as práticas do professor, mas essa prática independe do diagnóstico, pois há sempre medidas a serem adotadas pela escola.

Cabe a todos os envolvidos na educação do aluno público-alvo da educação especial (professor do Atendimento Educacional Especializado, professor referência da sala de aula comum e supervisor escolar), de posse de laudos, observar e considerar os objetivos do PEI, as avaliações, sondagens, entrevistas e observações (idade/série, defasagem pedagógica, condições emocionais e de maturidade para o aprendizado), para só então traçar o trabalho pedagógico condizente com as necessidades do aluno e, juntamente com a equipe escolar e a multidisciplinar da GAESP, já mencionadas, verificar se o aluno está apto ou não a ser aprovado.

As adaptações curriculares feitas para cada aluno do AEE, tanto nas abordagens didáticas de salas de recursos quanto nas salas de aula comum, deverão ser levadas em consideração nas propostas avaliativas, que, por sua vez, objetivam avaliar tanto o aprendizado do aluno quanto as abordagens metodológicas aplicadas pelos professores.

Avaliar a criança/aluno público-alvo da educação especial requer a observação constante de todos aqueles que estão envolvidos no processo ensino aprendizagem. Nos espaços da escola não se deve prender-se apenas ao seu rendimento de aprendizagem em sala de aula. É preciso conhecer minimamente o processo cognitivo desse aluno, ou seja, como ele aprende, como é sua trajetória escolar, como se deu seu desenvolvimento evolutivo, suas habilidades, seus interesses e suas limitações.

O principal papel da avaliação é dar indicações de conteúdos e processos ainda não aprendidos pelos alunos que devem ser retomados. É preciso avaliar o aluno público-alvo da educação especial com objetivo de criar possibilidades de trabalho desde a ação pedagógica sobre o seu aprender até a definição de estratégias e metodologias utilizadas em sala de aula, a fim de possibilitar o seu acesso ao conhecimento. Nesse sentido, avaliar é pensar no quanto a criança/aluno se desenvolveu a partir das estratégias e dos desafios intelectuais significativos propostos, bem como as intervenções pedagógicas utilizadas para que ele aprendesse, considerando seu ritmo próprio e a finalidade educativa ou objetivo pedagógico constante no seu PEI, a fim de replanejar a ação educativa do professor para oferecer melhor acessibilidade cognitiva a criança/aluno com deficiência. Ainda neste mesmo pensamento, a autora Ribeiro (2021) pontua que padronizar avaliações com a retirada de questões é um erro grave, que pode acabar por minimizar oportunidades de aprendizagem e inclusão.

Diante do exposto, e da realidade dos alunos do município de Alegre/ES, compreende que a retenção ou aprovação, ou mesmo quais abordagens didáticas e adaptações o aluno precisar, ficará sempre a critério da área da educação (equipe escolar), da equipe multidisciplinar da SEED/GAESP em sua coerência ética profissional e demais profissionais que acompanham o aluno. Considera-se que o processo de ensino aprendizagem é uma função complexa que requer avaliação interdisciplinar, com profissionais de experiência para fazer um bom diagnóstico para emissão de um bom laudo.

### 5.2.1 AS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS

Algumas possibilidades de adaptações/adequações para as avaliações da criança/aluno muitas vezes são simples, como: avaliação oral, ampliada, fragmentada, ilustrada, com recursos sensoriais, lupas, escriba, ledor, braile, libras, fichas de comunicação, comunicação assistiva, entre outras.

Assim, a avaliação constitui parte necessária à adaptação curricular, desenvolvida durante o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, a avaliação do aluno público-alvo da educação especial precisa tomá-lo como parâmetro de si mesmo. As unidades de ensino fundamental deverão emitir histórico escolar para os alunos avaliados e apresentando a frequência mínima para aprovação, e parecer ou ficha de avaliação descritiva para a educação infantil. O PEI é o instrumento pedagógico que norteará o processo educativo que será de fundamental importância sua consulta para elaboração do instrumento avaliativo. Conseqüentemente, é importante a elaboração e execução do plano de intervenção para que os objetivos sejam alcançados.

### 5.2.2 AVALIAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Apostamos que a maioria dos educandos com Deficiência Intelectual (DI) podem acompanhar os conteúdos curriculares, mediante adaptações que promovam o estímulo à inteligência, com vistas à aprendizagem. Por isso é importante oferecer atividades que mobilizem o raciocínio a partir da avaliação diagnóstica, propor atividades com sentido, evitando-se a simples repetição e memorização.

O aluno com DI necessita de atividades que provoquem dificuldades verdadeiras, que exijam seu esforço na realização. O reconhecimento e estímulo devem ser constantes, mas sempre mediante a resolução e a produção que tenham significado e que correspondam a desafios cognitivos para o educando, como:

- Evitar atividades mecânicas, sem esforço intelectual;

- Avaliar como o educando se relaciona com o conhecimento: como responde às solicitações, sua atitude de dependência ou autonomia, se lida bem com os recursos utilizados em sala de aula, como interage com colegas e se apresenta melhor desempenho individualmente ou em pequenos grupos ou, ainda, em grupos maiores.

### 5.2.3 AVALIAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Para as crianças/alunos com cegueira, visão monocular, baixa visão ou visão subnormal, as experiências escolares deverão ser pensadas na perspectiva tátil e auditiva. O acesso à informação, ao currículo e ao convívio social deve ser possibilitado por meio do tato, da audição e da experiência corporal, da linguagem e da tecnologia assistiva. Ressalta-se que eles possuem o mesmo potencial de desenvolvimento e de aprendizagem de outras crianças, mas apenas se utilizam de estímulos e vias sensoriais alternativas. Tanto o planejamento pedagógico quanto a avaliação da aprendizagem dos alunos com deficiência visual precisam considerar que o tato, a audição e a linguagem são os principais meios de aprendizagem, e a mediação do professor e dos colegas será a garantia de formação de representações mentais por meio de imagens tátil. Também é indicado o uso do braile, caso o aluno tenha domínio dessa linguagem.

### 5.2.4 AVALIAÇÃO DO ALUNO SURDO OU DEFICIENTE AUDITIVO

As crianças/alunos surdos/deficientes auditivos possuem outro padrão sensorial para aprendizagem e necessitam da atribuição de significado à imagem gráfica. Sua avaliação deve considerar as expressões corporal e facial, a dramatização, a contextualização de situações vividas, o uso de filmes, entre outros recursos. A escrita do português não se dá por via fonética, como para alunos ouvintes. Assim, deve-se atentar para:



- Na leitura, a utilização de leitura visual de imagens, ícones, sinais, símbolos e signos linguísticos, bem como a interpretação por meio do desenho é fundamental;
- A leitura de textos escritos deve seguir: texto-frase-palavras-sílabas-letras; na escrita, deve-se proporcionar atividades que vão do desenho à palavra e vice-versa, da frase ao desenho e vice-versa, do texto ao desenho e vice-versa, sempre apresentando diferentes gêneros textuais e discursivos.

#### 5.2.5 AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

As crianças/alunos diagnosticados com autismo possuem características comuns, mas o modo ou intensidade com que se manifestam são individuais. As mediações e metodologias para o ensino não se devem pautar pelo transtorno, mas sim pelo sujeito. A participação na vida escolar e a avaliação diagnóstica são muito importantes; além disso é preciso orientar o planejamento pedagógico, tendo em vista campos da comunicação, da interação social, dos interesses e comportamento diante da rotina escolar, a mediação, os recursos, as rotinas e as características das atividades. O professor deve adotar o uso de imagens (objetos, miniaturas, fotos, desenhos) para estimular o maior interesse do aluno e seu melhor acesso ao tema e aos conteúdos trabalhados. A antecipação da rotina, das mudanças de ambiente e da sequência de atividades também devem ser apresentadas previamente a criança/aluno autista. A avaliação poderá ser escrita, oral e outras, de acordo com a identificação da forma mais eficiente de expressão para a criança/aluno.

#### 5.2.6 AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

A maioria dos alunos com deficiência física ou motora têm preservados seus aspectos cognitivos e necessitam da utilização de recursos pedagógicos acessíveis para a mediação das suas limitações, tais como:

- Fichas de comunicação assistiva ou software de comunicação alternativa;
- Adaptações simples como ilustrações;
- Substituição de respostas escritas por respostas a serem assinaladas;
- Cadernos e papéis maiores;
- Uso de plano inclinado;
- Materiais adesivos ou tipos específicos de lápis, ou, até mesmo, apontar para a resposta escolhida;
- Olhar o uso de materiais móveis e/ou colantes;
- Representação imagética (imagens carregadas de significados organizados ou não de maneira consciente) de objetos e palavras.

#### 5.2.7 AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

O termo deficiência múltipla tem sido utilizado, com frequência, para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. No entanto, não é o somatório dessas alterações que caracterizam a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas. O desempenho e as competências dessas crianças são heterogêneos e variáveis.

Alunos, com níveis funcionais básicos e possibilidades de adaptação ao meio podem e devem ser educados em classe comum, mediante a necessária adaptação e suplementação curricular. Outros, entretanto, com mais dificuldades, poderão necessitar de processos especiais de ensino, apoios intensos, contínuos e Plano de Adequação Curricular que correspondam às suas necessidades na classe comum.

Piaget afirma que a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas “o organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturba-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio e se adaptar, constrói novos

esquemas”. Esse autor coloca que o importante para o desenvolvimento cognitivo não é a sequência das ações empreendidas pela criança, mas sim o esquema geral dessas ações que pode ser transposto de uma situação para outra. Assim, os esquemas são concebidos como resultado direto das generalizações das próprias ações, não sendo de natureza perceptível, mas funcional. Dessa maneira, as ações da criança sobre o meio: fazer coisas, brincar e resolver problemas, podem produzir formas de conhecer e pensar mais complexas, combinando e criando novos esquemas, possibilitando novas formas de fazer, compreender e interpretar o mundo que a cerca.

As crianças com múltipla deficiência que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem não se desenvolvem ou aprendem espontaneamente como as demais crianças. Elas necessitam de uma escola que tenha como foco a qualidade e a equidade. Isso se manifesta pela eficiência nas estratégias de comunicação e instrução, no suporte tecnológico capaz de minimizar as desvantagens e, principalmente, nas formas diferenciadas de avaliar e intervir no planejamento individual e coletivo.

Nessa abordagem ecológica, a mediação e a modificação do meio são fundamentais para propiciar oportunidade de aprendizagem. O trabalho é transdisciplinar: o professor do ensino regular identifica e registra as necessidades educacionais especiais em conjunto com o professor especializado de apoio, a família e a equipe de suporte (fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo), avaliando as necessidades específicas e sugerindo ajudas, adaptações e recursos que facilitam o processo de interação, comunicação e aprendizagem da criança

As adaptações curriculares estão garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e pelas Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (BRASIL, 2001), que orientam adaptações em três níveis:

- No projeto político-pedagógico da escola elaborado pela comunidade escolar;
- No currículo (objetivos, conteúdos, atividades, avaliação, metodologia) com a participação de todos os envolvidos;

- No nível individual, com a participação da família na elaboração do plano educacional individual.

O projeto de inclusão é elaborado e desenvolvido coletivamente, não devendo as decisões serem tomadas isoladamente pelo professor ou pela família, sendo elas também de responsabilidade da direção escolar, dos gestores da política de Educação do Município. Algumas ações são intersetoriais, e envolvem responsabilidade dos órgãos de Saúde e de Assistência Social, principalmente no que diz respeito à diagnóstico, tratamento e equipamentos específicos para determinadas deficiências.

As adaptações de acesso ao currículo são de responsabilidade da escola, e envolvem:

- Mobiliário adequado (mesas, cadeiras, triângulo para atividades no solo, equipamentos para atividades em pé e locomoção independente);
- Equipamentos específicos e tecnologia assistida; • sistemas alternativos e ampliados de comunicação;
- Adaptação do espaço e eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais, playground;
- Recursos materiais e didáticos adaptados;
- Recursos humanos especializados ou de apoio;
- Situações diversificadas de aprendizagem e apoio para participação em todas as atividades pedagógicas e recreativas;
- Adaptações de atividades, jogos e brinquedos

As crianças com deficiência múltipla apresentam particularidades, níveis heterogêneos de capacidade, necessidades educativas diversificadas, e requerem, em consequência disso, uma avaliação individualizada e formas de intervenção didático-metodológica as mais variadas possíveis. Por isso, torna-se indispensável uma avaliação criteriosa e completa de cada criança, com orientações práticas e objetivas de toda equipe que a acompanha, visando possibilitar mecanismos funcionais e de melhor aprendizagem. Para isso, torna-se essencial uma avaliação adequada a cada criança, visando conhecer as formas de interação e comunicação

que utilizam, a qualidade de experiências que possuem, as necessidades e possibilidades de ação funcional, os níveis diferenciados, as estratégias de ação e pensamento. Verificar os obstáculos de acesso ao currículo, as necessidades, quais os conteúdos e atividades que podem modificar as possibilidades de funcionamento e produzir respostas qualitativamente melhores e mecanismos de adaptação ao meio. (BRASIL, 2004)

#### 5.2.8 AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES

Pessoas com altas habilidades/superdotação demonstram elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor e artístico, de forma isolada ou combinada, além de apresentarem grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 e a Resolução nº 4/2009 o define público-alvo da educação especial

A identificação dos indícios de AH/SD é um processo dinâmico e colaborativo que envolve os profissionais da escola, a família e a comunidade. Isso é importante frisar, devido ao fato de que os alunos com AH/SD nem sempre são aqueles com notas acima da média. Às vezes, devido ao processo de ensino estar descolado da realidade do aluno com AH/SD, ele apresentará baixo rendimento acadêmico. O professor do AEE deve considerar para a indicação: sondagem do professor AEE no planejamento com os outros professores por área; indicação Direta (por professores, gestores e outros), ou por pares (por colegas com observação assistida feita pelo professor AEE); indicação de pais e familiares; autoindicação (interesse espontâneo do aluno com observação assistida feita pelo professor AEE); Indicação feita pelas escolas; pelo uso da guia para observação/ inventários/ checklist. Nessa perspectiva, temos como referência modelo dos Três Anéis usado na identificação. (ABDA, 2022)

Mas, é importante entender que, em relação ao modelo, nenhuma das áreas é mais importante e nem todos os indicados estarão presentes, ao mesmo tempo, em todas as áreas ou com a mesma intensidade. Isso significa que, no processo de avaliação, pelo menos um desses traços estarão presentes. Já os outros traços

poderão ser identificados quando o aluno estiver participando do projeto de trabalho na sala de recursos da escola. Lembramos que o processo de identificação dos alunos com altas habilidades/superdotação devem ir além do reconhecimento de talentos. Deverá ter como finalidade a elaboração e o direcionamento das propostas de intervenção educacional, a fim de que se promova melhores condições para o desenvolvimento desses sujeitos, respeitando as diferentes abordagens de ensinar e formas de aprender. (SEDU, 2011)

### 5.3 PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI): PARTE ESPECÍFICA DO CURRÍCULO.

O PEI é um documento elaborado a partir do currículo, baseado na avaliação diagnóstica do aluno para garantir o direito de aprendizagem na sala regular comum para adaptação e intervenção pedagógica para alunos que são público-alvo da educação especial, matriculados nas escolas comuns, estendendo-se a um trabalho colaborativo entre profissionais da educação especial e equipe escolar. O preenchimento do PEI não pode e nem deve ser generalizado, considerando apenas o tipo de deficiência apresentado pelo sujeito. O professor precisa entender e analisar quais são as especificidades e heterogeneidades de cada aluno conhecendo-o além da deficiência que apresenta, ou seja, analisando sua história de vida, sua família, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas habilidades, suas competências, suas dificuldades etc. (POKER, 2013, p. 184). Dessa forma, o plano de atendimento educacional individualizado construído através dos serviços oferecidos pelo AEE, em consonância com toda a equipe escolar e família, deverá contemplar os aspectos motores, a expressão oral e escrita, o raciocínio lógico- matemático, o cognitivo, as funções executivas, a afetividade e sociabilidade, oportunizando sistematicamente situações desafiadoras que contribuam para que os alunos que também são público-alvo da educação especial possa ter suas necessidades educacionais efetivamente atendidas e as suas habilidades reconhecidas.

A escola comum deve assumir a responsabilidade do percurso pedagógico dos alunos com deficiências, TEA e altas habilidades/superdotação, proporcionando a articulação entre os profissionais da escola: gestores, supervisores, professores de

educação especial, professores referência e coordenadores. Assim, é fundamental estabelecer no Projeto Político Pedagógico os conteúdos, objetivos, procedimentos de ensino, avaliação e apoio pedagógico especializado, além dos registros que contemplem a identificação das necessidades educacionais específicas desses alunos, todos em consenso com o referencial curricular do ano de escolarização em que estão matriculados, cumprindo a sistematização do ensino através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador do conjunto progressivo de aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica

## **6. ESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL (EI E EF)**

DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos a educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), instituíram às Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

Por atendimento educacional especializado entende-se a provisão de recursos, serviços e profissionais que possibilitem os processos de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o atendimento educacional especializado objetiva a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, por meio de programas de enriquecimento curricular, do ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, de ajudas técnicas e tecnologia assistiva,

diferenciando-se das atividades de sala de aula comum, com continuidade de estudos nos demais níveis de ensino e não substituindo a escolarização.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi concebido com a intenção de possibilitar o processo formativo dos alunos que também são público-alvo da Educação Especial, com a construção de ações e instrumentos capazes de:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (MEC/SEE, 2008, p. 16).

O AEE perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização, ao processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino comum, segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2009). Nesse sentido, sendo o AEE um dispositivo para a inclusão, precisa ser constituído institucionalmente, de forma que esteja expresso no Projeto Político Pedagógico da escola e nas suas práticas, compondo uma proposta de trabalho com foco na Educação Inclusiva. Por isso, todos os profissionais da escola e da Secretaria Executiva de Educação precisam trabalhar para que os espaços e as suas ações sejam de oferecer acessibilidade, principalmente do conhecimento, pois é este o principal objetivo da instituição escolar. Salientamos que, mesmo o aluno não comparecendo à aula, o professor de Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais) deve continuar atuando em parceria com o professor da sala de aula, nas atividades diárias pedagógicas da turma na qual atua, considerando que o deficiente às vezes precisa se ausentar por motivos de saúde, como qualquer outro aluno.

Para a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, o PPP da escola deve prevê a organização das salas de recursos multifuncionais, segundo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado, há um conjunto de ações, atribuições de cargos e horários de atendimentos para atender aos alunos, são: tipos de salas de recursos, atendimentos no contraturno, domiciliar e hospitalar, professores especialistas para atender na sala



de recursos de acordo com o tipo da sala, carga horária do professor, documentação necessária para a matrícula, escrituração, metodologias e recursos pedagógicos, cuidador escolar e o estagiário de Licenciaturas e Psicologia como suporte para o aluno.

A oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização: a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; b. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola; c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos; d. Professor para o exercício da docência do AEE; e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção. f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum. g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE. Diretrizes Operacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2009).

## 6.1 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM)

A sala de recursos multifuncionais ganhou notoriedade nos sistemas de ensino e nos ambientes escolares, a partir do ano de 2007 com o lançamento do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Assim, as SRM caracterizam-se como:

[...] espaços localizados nas escolas de educação básica, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Essas salas são organizadas com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos estudantes público alvo da educação especial, em turno contrário à escolarização. (ROPOLI, 2010, p. 31)

As salas de recursos são classificadas em Salas do Tipo I e do Tipo II, conforme a autora Ropoli (2010, p. 33 e 34) descreve:

As Salas de Recursos Multifuncionais Tipo I são constituídas de microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora laser, teclado e colmeia, mouse e acionador de pressão, laptop, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário, quadro melamínico. [...]

Assim como,

As Salas de Recursos Multifuncionais Tipo II são constituídas dos recursos da sala Tipo I, acrescidos de outros recursos específicos para o atendimento de alunos com cegueira, tais como impressora Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, software para produção de desenhos gráficos e táteis.

Reconhecemos a Sala de Recursos Multifuncionais como um dos Lócus do Atendimento Educacional Especializado. Diante disso, o Atendimento Educacional Especializado oferecido na SRM é realizado na própria escola do aluno público-alvo da educação especial ou em outra do ensino comum, no contraturno escolar, não substitutivo às classes comuns, com caráter complementar ou suplementar, sendo um serviço da Educação Especial.

Nesse sentido, Lunardi (2011, p. 5) sugere que, “A sala de recursos multifuncionais se caracteriza como um serviço especializado de natureza pedagógica com o auxílio de materiais específicos e equipamentos tecnológicos, que apoiam e complementam o atendimento educacional realizado nas classes de ensino regular, mediante a necessidade do cumprimento do estabelecido nos documentos oficiais para a educação”. Diante da condição de moradia do aluno ou de saúde, o atendimento poderá acontecer no horário do ensino regular, mediante avaliação da equipe multidisciplinar da Secretaria Executiva de Educação, GAESP, e será autorizado quando não trouxer prejuízos na aprendizagem curricular e interação social.

A família fará o pedido diretamente na Secretaria Executiva de Educação, no setor da GAESP, responsável em fazer a análise da situação do aluno e autorizar junto a escola o atendimento. O Atendimento Educacional Especializado também pode ser realizado em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições filantrópicas, comunitárias ou confessionais sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria Executiva de Educação ou órgão equivalente, e não se configura como reforço escolar. O AEE se organiza pedagogicamente por meio do Plano de Ensino Individualizado, que resulta do planejamento realizado pelo professor

da SRM quanto aos recursos, equipamentos e apoios adequados, a fim de garantir a participação e acesso escolar ao aluno incluso:

Art.9º A elaboração e a execução do plano do AEE são de competências dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino comum, com a participação das famílias e em interfase com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (BRASIL-Resolução nº 04, de 02/10/2009).

Esse professor pode atuar, de acordo com a demanda em classe comum, nos espaços das Salas de Recursos Multifuncionais, como professor em itinerância, em ambiente hospitalar e domiciliar.

#### 6.1.1 ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SRM

O atendimento na SRM deverá ser no contraturno, salvo em caso analisado pela equipe multidisciplinar, portanto o aluno tem que estar matriculado e frequentando a sala regular. O atendimento poderá ser realizado por cronograma individual ou em grupo. Os atendimentos em grupo poderão ser organizados por faixa etária e/ou interesse e/ou habilidade, conforme as necessidades dos alunos assistidos cronograma de atendimento deverá ser flexível e reorganizado de acordo com cada necessidade educacional e deve constar a realização do trabalho colaborativo com professores do ensino comum e família.

Quando o aluno é impedido de frequentar a escola por questões de saúde ou comorbidades da deficiência, será ofertado o atendimento familiar ou hospitalar. A família é a responsável em comunicar a escola para que seja feita a solicitação do atendimento ao aluno, preenchendo formulário na secretaria da escola. O atendimento educacional especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar será ofertado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, pelo respectivo sistema de ensino, de forma complementar ou suplementar, quando suas condições de saúde assim o exigirem.

## 6.1.2 DA FORMAÇÃO AS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

De acordo com as diretrizes operacionais da Educação Especial para o atendimento educacional especializado que estabelece às normas para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada.

São atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula regular, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de

acessibilidade e das estratégias que promoverem a participação dos alunos nas atividades escolares.

i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

### 6.1.3 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA PARA OS ATENDIMENTOS

Em as orientações para implementação da nova carga horária para professores, a partir da Lei Federal nº 11.738 (BRASIL, 2008) o professor especializado deverá atuar 40% da carga horária no AEE; 33% da carga horária nos planejamentos e estudos; e 27% da carga horária na atuação junto ao professor de classe regular, em atividade colaborativa. Segue abaixo o quadro da distribuição da carga horária semanal por horas trabalhadas e o número de alunos.

<b>DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL E ATUAÇÃO</b>				
<b>PROFESSOR DE AEE POR ÁREA DE DEFICIENCIA</b>	<b>10H</b>	<b>16H</b>	<b>25H</b>	<b>40H</b>
<b>VISUAL- BAIXA VISÃO</b>	<b>1</b>	<b>2 a 3</b>	<b>4 a 7</b>	<b>8 a 15</b>
<b>VISUAL – CEGUEIRA</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>2 a 4</b>	<b>5 a 8</b>
<b>AUDITIVA</b>	<b>1</b>	<b>2 a 3</b>	<b>4 a 8</b>	<b>9 a 15</b>
<b>INTELECTUAL/TGD</b>	<b>1</b>	<b>2 a 3</b>	<b>4 a 8</b>	<b>9 a 15</b>
<b>ALTAS</b>	<b>1</b>	<b>2 a 9</b>	<b>10 a 20</b>	<b>21 a 40</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL E ATUAÇÃO</b>				
<b>FORMAS DE ATENDIMENTO DO AEE</b>	<b>10H</b>	<b>16H</b>	<b>25H</b>	<b>40H</b>
<b>ATENDIMENTO SRM</b>	<b>4 AULAS</b>	<b>7 AULAS</b>	<b>10 AULAS</b>	<b>16 AULAS</b>
<b>PLANEJAMENTO INDIVIDUAL E JUNTO AO PROF. CLASSE COMUM</b>	<b>3 PL</b>	<b>5PL</b>	<b>7 PL</b>	<b>11 PL</b>
<b>TRABALHO COLABORATIVO NA SALA REGULAR</b>	<b>3 AULAS</b>	<b>4 AULAS</b>	<b>8 AULAS</b>	<b>13 AULAS</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL E ATUAÇÃO</b>				
<b>FORMAS DE ATENDIMENTO PROFESSOR DE LIBRAS /INSTRUTOR DO AEE</b>	<b>10H</b>	<b>16H</b>	<b>25H</b>	<b>40H</b>
<b>ATENDIMENTO SRM</b>	<b>1 a 3</b>	<b>4 a 6</b>	<b>7 a 10</b>	<b>11 PL</b>
<b>PLANEJAMENTO INDIVIDUAL E JUNTO AO PROF. CLASSE COMUM</b>	<b>3 PL</b>	<b>5 PL</b>	<b>7 PL</b>	<b>11 PL</b>
<b>TRABALHO COLABORATIVO NA SALA REGULAR</b>	<b>7 AULAS</b>	<b>11 AULAS</b>	<b>18 AULAS</b>	<b>29 AULAS</b>

**Obs.:** Poderá haver alteração na quantidade de alunos, pois dependerá da demanda da Unidade de Ensino.

#### 6.1.4 DOCUMENTAÇÃO PARA O ATENDIMENTO NA SRM

A matrícula em ambientes educacionais inclusivos requer uma documentação específica para garantir o acompanhamento adequado do desenvolvimento do aluno. Abaixo estão listados os documentos necessários para a matrícula, considerando a utilização da Sala Regular e Sala de Recursos Multifuncionais.

##### 6.1.4.1. MATRÍCULA

O Decreto nº 6571 de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado e regulamenta recursos financeiros, estabelece as atribuições da sala do AEE e do professor, e traz no seu Art. 6º o Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, que passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. 9º- Admitir-se-á, a partir de 1º de janeiro de 2010, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular. (DEC. 6253/2007)

E ainda na Resolução 04 de 2009, no art. 8º cita que serão contabilizados

duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

Parágrafo único. O financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada: a) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública; b) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública; c) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de Instituição de Educação Especial pública; d) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de Instituições de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.(RESOLUÇÃO nº 04/2009)

A escola direcionará a família para a matrícula do aluno na Sala do AEE, quando o mesmo apresentar no ato da matrícula no ensino regular laudo médico, que explique a sua condição(cid) e as especificidades, sendo usado como fonte de pesquisa para nortear o trabalho do professor, comprovante de residência e o termo de compromisso assinado pela família, declarando ciência e comprometimento com a proposta pedagógica da instituição e com as Diretrizes da Educação Especial Inclusiva do Município condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola.

#### 6.1.4.2 ANAMNESE

A entrevista de anamnese, de preferência o primeiro documento a ser realizado no PEI, tem o foco mais específico de colher dados importantes sobre o histórico familiar do indivíduo, considerando passado, presente e ações futuras, permitindo avaliar o contexto familiar e as suas influências no atual comportamento e especificidades relacionadas às necessidades educativas especiais. Dados relevantes da família materna e paterna são colhidos nesse documento, objetivando nortear o PEI, respeitando-se a confidencialidade dos dados ali registrados, pois o

acesso limita-se à equipe escolar.

#### 6.1.4.3 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle de frequência precisa ser feito com a máxima fidelidade e deve ser preenchido tanto na sala regular (professor referência) como nos serviços pedagógicos do AEE (Sala de Recursos Multifuncionais), garantindo a permanência ou não do aluno nesses locais.

#### 6.1.4.4 DIÁRIO DE CLASSE – REGISTRO DE CONTEÚDO

Esse documento deve ser preenchido pelo professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE e registrado no caderno de plano de aula e na pauta eletrônica. Os registros desse documento são de suma importância para a sequência didática dos conteúdos trabalhados em consonância com o plano de ensino, respeitando as especificidades de cada aluno público-alvo da educação especial.

#### 6.1.4.5 PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI)

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) é um roteiro de avaliação e intervenção pedagógica para alunos que também são público-alvo da educação especial, matriculados nas escolas comuns, estendendo-se a um trabalho colaborativo entre profissionais da educação especial e equipe escolar.

O preenchimento do PEI, não pode e nem deve ser generalizado, considerando apenas o tipo de deficiência apresentado pelo sujeito. O professor precisa entender e analisar quais são as especificidades e heterogeneidades de cada aluno conhecendo-o além da deficiência que apresenta, ou seja, analisando sua história de vida, sua família, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas habilidades, suas competências, suas dificuldades, etc. (POKER, 2013, p. 184).

Dessa forma, o plano de atendimento educacional individualizado construído



através dos serviços oferecidos pelo AEE, em consonância com toda a equipe escolar e família, deverá contemplar os aspectos motores, a expressão oral e escrita, o raciocínio lógico- matemático, o cognitivo, as funções executivas, a afetividade e sociabilidade, oportunizando sistematicamente situações desafiadoras que contribuam para que os alunos que também são público-alvo da educação especial possam ter suas necessidades educacionais efetivamente atendidas e as suas habilidades reconhecidas.

A escola comum deve assumir a responsabilidade do percurso pedagógico dos alunos com deficiências, TEA , altas habilidades/superdotação e TDAH, proporcionando a articulação entre os profissionais da escola: gestores, pedagogos, professores da SRM e coordenadores. Assim, é fundamental estabelecer no Projeto Político Pedagógico os conteúdos, objetivos, procedimentos de ensino, avaliação e apoio pedagógico especializado, além dos registros que contemplem a identificação das necessidades educacionais específicas desses alunos, todos em consenso com o referencial curricular do ano de escolarização em que estão matriculados, cumprindo a sistematização do ensino através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador do conjunto progressivo de aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação.

## 6.2 DA FORMAÇÃO A ATRIBUIÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR

De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 6, prevê o caráter fundamental do direito à educação, a Lei nº 8.069/1990, ECA, estabelece a absoluta prioridade dos direitos da criança e, acrescentando a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão que em seu art. 27 cita que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Ressalta-se que não fazem parte da rotina do Cuidador, aplicar técnicas e procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas,

particularmente, na área de enfermagem.

Será assegurado ao aluno público-alvo da educação especial a presença do cuidador no estabelecimento de ensino, estando dentro ou fora da sala regular, quando o aluno não tiver autonomia nas seguintes atividades: alimentação, higienização e locomoção, apontada e confirmada a necessidade pela equipe multidisciplinar da Secretaria Executiva de Educação, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 4, de 2 de outubro de 2009, e com base na Lei Municipal nº 3723/2022 que cria o cargo de cuidador para alunos com deficiência.

### 6.2.1 QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS DO CUIDADOR ESCOLAR

Seguindo as diretrizes da lei municipal, o cuidador escolar desempenha um papel crucial no processo de inclusão escolar, sendo requisitada uma formação inicial do ensino médio completo e a conclusão do curso específico de cuidador escolar com uma carga horária mínima de 100 horas. Essa base educacional é essencial para que o profissional esteja apto a lidar com as demandas variadas e desafiadoras do ambiente escolar inclusivo.

### 6.2.2 SÃO ATRIBUIÇÕES DO CUIDADOR

- Acompanhar e auxiliar o aluno com deficiência, severamente comprometido no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ele tenha suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) satisfeitas, fazendo por ele somente as atividades que o aluno não consiga fazer de forma autônoma;
- Escutar, estar atento às necessidades do aluno;
- Auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene;
- Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares;
- Auxiliar na locomoção de alunos cadeirantes que não consigam se

- locomover de forma autônoma;
- Realizar mudanças de posição do aluno cadeirante para maior conforto e conseqüente aproveitamento das atividades escolares;
  - Comunicar à equipe da escola quaisquer alterações de comportamento do aluno que possam ser observadas;
  - Acompanhar os alunos nas atividades recreativas e em outras situações que se fizerem necessárias para realização das atividades cotidianas durante a permanência na escola.
  - Atuar como elo entre a pessoa cuidada, a família e a equipe da escola e em outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas, dentro da sala de aula regular, durante a permanência na escola.

### 6.2.3 COMPETÊNCIAS E ATITUDES FUNDAMENTAIS PARA O CUIDADOR ESCOLAR

A atuação profissional do cuidador escolar demanda habilidades específicas e um conjunto de atitudes que promovem um ambiente educacional saudável e propício ao desenvolvimento integral das crianças. Abaixo estão listadas algumas competências e atitudes essenciais para os profissionais que trabalham com os alunos:

#### **Empatia e Sensibilidade:**

A capacidade de compreender as necessidades emocionais e individuais dos alunos é crucial. O cuidador deve cultivar empatia, promovendo um ambiente acolhedor e seguro.

#### **Comunicação Efetiva:**

Uma comunicação clara e eficiente é vital para o sucesso da inclusão. O cuidador deve ser capaz de se comunicar efetivamente com os alunos, professores e demais profissionais, garantindo uma colaboração fluida.

**Adaptação e Flexibilidade:**

Dada a natureza dinâmica da inclusão, a habilidade de se adaptar a diferentes situações e necessidades é essencial. O cuidador deve ser flexível e aberto a ajustes para garantir o suporte adequado aos alunos.

**Capacidade de Trabalho em Equipe:**

A inclusão escolar é um esforço coletivo. O cuidador deve colaborar efetivamente com os professores, profissionais de saúde e demais membros da equipe, visando o bem-estar e desenvolvimento integral dos alunos.

**Conhecimento Específico:**

A formação especializada proporcionada pelo curso de cuidador escolar é fundamental. O conhecimento sobre estratégias de inclusão, técnicas de apoio e compreensão das necessidades específicas dos alunos contribui para um suporte mais eficaz.

**Respeito à Diversidade:**

O respeito à diversidade é um princípio fundamental na inclusão escolar. O cuidador deve promover um ambiente que celebre as diferenças, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na instituição.

**Observação Atenta e Registro:**

A capacidade de observar atentamente o comportamento e as necessidades dos alunos, além de manter registros precisos, é essencial para avaliar o progresso e ajustar as estratégias de apoio.

### **Capacidade de Estabelecer Vínculos:**

Desenvolver vínculos afetivos e de confiança com os alunos é fundamental para o sucesso da inclusão. O cuidador deve criar relações positivas, promovendo um ambiente de apoio emocional.

Ao reunir essas características, o cuidador escolar não apenas atende aos requisitos legais, mas também contribui de maneira significativa para o processo educacional inclusivo, desempenhando um papel crucial na promoção do bem-estar e no desenvolvimento integral dos alunos.

### **6.3 A EQUIPE ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

A promoção da educação especial nas escolas é uma tarefa que envolve um conjunto de profissionais dedicados e qualificados, trabalhando de forma colaborativa para garantir um ambiente inclusivo e acolhedor.

No âmbito da rede municipal de ensino de Alegre/ES, a promoção da inclusão educacional é um compromisso que envolve a colaboração efetiva entre profissionais da Educação Especial e do ensino comum. A proposta do trabalho colaborativo não se resume a reunir pessoas diante de uma tarefa, mas sim a desenvolver práticas pedagógicas que estabeleçam uma parceria sólida entre esses profissionais, visando o acesso, a permanência com participação e a qualidade de ensino para todos os alunos, especialmente aqueles do público-alvo da Educação Especial.

A atuação dos profissionais de Educação Especial desempenha um papel crucial no apoio aos professores do ensino comum. Essa colaboração é essencial para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades específicas. A singularidade de cada aluno, considerando seus aspectos de desenvolvimento físico e socioemocional, é respeitada e valorizada nesse contexto inclusivo.

A diversidade de conhecimentos de vida que os alunos trazem para a escola é reconhecida como um elemento enriquecedor. Os professores, tanto da sala regular

quanto da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), têm a responsabilidade de acreditar na potencialidade de cada aluno. Isso implica estimular a busca pelo conhecimento acadêmico e intervir positivamente no desenvolvimento de habilidades cognitivas e adaptativas. A implementação de um plano de intervenção pedagógica individualizado é fundamental, contemplando tanto a sala de recursos como a sala regular.

O desafio da inclusão, especialmente para os professores das salas regulares, é reconhecido. Muitos alegam desconhecimento para o atendimento pedagógico a esse grupo de alunos, apontando para a necessidade de formação continuada. Nesse contexto, é imperativo orientar os professores das salas regulares na busca por práticas educativas inovadoras. A cooperação entre a Educação Especial e o ensino regular é destacada como uma via para superar esses desafios.

Segundo Damiani (2008), o trabalho colaborativo entre professores apresenta potencial para enriquecer a maneira de pensar, agir e resolver problemas, criando possibilidades de sucesso na difícil tarefa pedagógica. A cooperação entre a Educação Especial e o ensino regular é, portanto, mais do que uma necessidade, é uma estratégia essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade a todos os alunos. É nessa relação de parceria e colaboração que se constrói um ambiente propício ao desenvolvimento pleno de cada aluno, respeitando e valorizando suas particularidades.

### 6.3.1 DESAFIOS DA INCLUSÃO: COLABORAÇÃO MÚTUA E DIVERSIDADE NA ESCOLA

No contexto atual da educação, onde a inclusão é um desafio que permeia as práticas pedagógicas, a colaboração mútua entre os profissionais da escola se torna uma peça-chave para o sucesso desse empreendimento. A construção de uma ideologia fundamentada na diversidade é essencial para promover não apenas a qualidade do ensino, mas também a inclusão social efetiva.

A equipe escolar desempenha um papel fundamental nesse cenário, indo além da transmissão de conhecimentos e buscando, de maneira ativa, criar um ambiente

que promova a aprendizagem e a interação social. Inspirados pela perspectiva de Vygotsky, que destaca que aprendemos uns com os outros, os profissionais da educação reconhecem a importância da interdependência e das relações sociais no processo educativo.

A colaboração entre professores, equipe de suporte pedagógico, especialistas em educação especial e demais profissionais da escola é fundamental para enfrentar os desafios da inclusão. A troca de experiências, estratégias e a construção coletiva de práticas pedagógicas inclusivas são elementos que enriquecem o ambiente educacional e promovem o desenvolvimento integral dos alunos.

A diversidade, longe de ser vista como um obstáculo, é encarada como uma oportunidade de enriquecimento mútuo. A valorização das diferenças, sejam elas de origem étnica, cultural, social ou de habilidades, é essencial para criar um ambiente acolhedor e estimulante para todos os alunos.

O comprometimento com a inclusão social vai além da simples adaptação de métodos de ensino. Envolve a promoção de uma cultura inclusiva que permeia todas as camadas da escola. A sensibilização, o respeito e a compreensão das necessidades individuais de cada aluno são aspectos centrais dessa abordagem.

Assim, a escola se torna não apenas um local de transmissão de conhecimento, mas um espaço de convivência, aprendizado e crescimento conjunto. A colaboração mútua entre os profissionais se torna não apenas uma estratégia, mas um valor enraizado na filosofia educacional da instituição. Essa abordagem não apenas enfrenta os desafios da inclusão, mas cria um ambiente propício para o florescimento do potencial único de cada aluno, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e socialmente responsável.

### 6.3.2 AGENTES ESCOLARES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO: UMA REDE DE COLABORADORES

A promoção da inclusão na escola é um esforço coletivo que envolve diversos agentes escolares, cada um desempenhando um papel essencial no processo. Nesse

contexto, destacamos alguns desses agentes que, juntos, formam uma rede colaborativa em prol da educação inclusiva:

✓ **O DIRETOR:**

É o líder da instituição, responsável por estabelecer uma cultura inclusiva e garantir que políticas inclusivas sejam implementadas e promovidas em um ambiente acolhedor. O gestor da unidade de ensino deve ser um conhecedor de toda legislação que assegure ao aluno o Atendimento Educacional Especializado do qual necessita. Cabe a esse profissional zelar pelo encaminhamento à Secretaria Executiva de Educação, dos documentos, ofícios e informações acerca dos alunos que também são público-alvo da Educação Especial, bem como auxiliar na articulação entre os profissionais da Unidade de Ensino e as famílias dos alunos público-alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Cabe ao diretor da Unidade de Ensino:

- Zelar pela Sala de Recursos Multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- Priorizar a matrícula do aluno público-alvo de Educação Especial;
- Validar o cronograma de atendimento pedagógico aos alunos;
- Validar todos os documentos a serem preenchidos pelos profissionais da Educação Especial;
- Oferecer materiais necessários para que as atividades sejam desenvolvidas;
- Informar a Secretaria Executiva de Educação a necessidade de outros profissionais na escola: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente para as atividades de alimentação, higienização e locomoção;
- Acompanhar o Registro anual no Censo Escolar MEC/INEP;
- Conhecer todos os profissionais da escola;
- Comprometer-se com o processo de Inclusão Escolar;
- Prever na gestão orçamentária os recursos necessários para promoção



de educação inclusiva;

- Angariar fundos e recursos disponibilizados dentro dos programas de financiamento da Educação Especial, pela via do correto preenchimento do Censo Escolar, Plano de Ações Articuladas (PAR), Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE – Escola), Programa Escola Acessível, Programa Sala de Recursos, dentro dos prazos estabelecidos.

#### ✓ **O PEDAGOGO:**

Atua na gestão pedagógica, orientando práticas inclusivas e colabora na formação continuada dos professores para atender às diversas necessidades dos alunos.

O pedagogo tem um papel fundamental em promover a articulação entre os profissionais, as famílias e os alunos que também são público-alvo da Educação Especial com vistas à aprendizagem significativa do aluno. Além de favorecer e coordenar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que interfiram tanto na docência, quanto na promoção de medidas de acessibilidade, facilitando a participação democrática e o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Na busca da melhoria do trabalho pedagógico, é pertinente que o pedagogo considere a inclusão como uma ação consciente da escola, desenvolvida a partir de práticas que vão além da obrigatoriedade, que conduz à inclusão a qualquer custo, sem alterações estruturais e pedagógicas que avancem para uma proposta efetivamente inclusiva. Nesse sentido, cabe ao pedagogo:

- Conhecer os alunos que também são público-alvo da Educação Especial, fazendo uma análise minuciosa de cada caso;
- Participar de orientação e apoio às famílias dos alunos;
- Sugerir encaminhamento ao atendimento médico especializado (neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo, psiquiatra e outros) os alunos com dificuldade de aprendizagem, quando necessário for, pela área social e/ou de saúde;
- Dialogar sobre necessidades pedagógicas e clínicas com a – APAE

(Centro de Atendimento Educacional Especializado) e o CER (Centro Especializado em Reabilitação), nos casos de atendimento de alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que também são atendidas pelas instituições citadas;

- Incentivar a participação dos professores em formação continuada oferecida pela Secretaria Executiva de Educação;
- Validar a atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, em sua prática diária: no ajuste de conteúdo, no preenchimento de documentos, na entrega/correção/devolução de atividades remotas, no planejamento com o professor, na confecção de materiais pedagógicos e na assinatura de documentos;
- Levantar o quantitativo de alunos atendidos pelo professor do Atendimento Educacional Especializado e manter atualizado;
- Auxiliar os professores do Atendimento Educacional Especializado com o cronograma de atendimento semanal;
- Manter atualizado na secretaria da escola o arquivo de laudos médicos dos alunos matriculados na unidade de ensino que apresentam alguma necessidade específica;
- Buscar junto ao professor de sala regular o conhecimento dos processos de aprendizagem dos alunos com dificuldades para que haja, se necessário, ajuste do currículo nos planejamentos;
- Analisar os registros das propostas didáticas, avaliações e planos de ações (plano de intervenção) do professor de sala regular;
- Assegurar que o Plano de Ensino de cada série/ano seja utilizado pelo professor referência e pelo professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, para que todas as habilidades e competências sejam contempladas;
- Analisar toda a documentação dos professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE (Plano de Ensino Individualizado – PEI, relatórios, planos de aula, controle de frequência e outros) para garantir que estejam em dia;
- Em conjunto com o diretor escolar elaborar, informar, executar, registrar

e garantir as ações inclusivas na escola para contemplar na Proposta Política Pedagógica (PPP);

- Promover uma comunicação clara e positiva com a equipe escolar e que qualquer assunto de origem polêmica possa ser assessorado pela Secretaria de Educação, sob a coordenação da Educação Especial;
- Ser o agente de articulação entre os professores da Atendimento Educacional Especializado e do ensino comum– ser o elo;
- Promover, nos seus espaços de atuação, reuniões pedagógicas e estudos de casos, visando o sucesso escolar dos alunos da Educação Especial;
- Estabelecer a relação entre família e escola e acompanhar as orientações e encaminhamentos dado as famílias;
- Promover formação continuada permanente na perspectiva da educação inclusiva;
- Organizar os horários de planejamento de modo que professores de Atendimento Educacional Especializado e professores da sala regular, tenham horários de planejamentos conjuntos assegurados.

✓ **O COORDENADOR:**

Coordena ações que visam à inclusão, promovendo a integração entre os diversos setores escolares. Apóia na identificação de estratégias para atender às demandas específicas dos alunos. O coordenador da Unidade de Ensino tem a função de administrar os programas de apoio ao aluno, com a colaboração da equipe escolar, garantindo que o processo de inclusão seja efetivo nos vários espaços do ambiente escolar, de acordo com a LBI. São as atribuições do Coordenador da Unidade de Ensino:

- Planejar suas atividades diárias de comum acordo com o diretor escolar;
- Dar início e término às atividades do seu turno de trabalho;
- Acompanhar, controlar e avaliar os programas relativos à alimentação escolar dos alunos público-alvo da educação especial;
- Controlar a frequência e a pontualidade dos alunos e funcionários;

- Interagir com empresas para fins de estágio de alunos e outros benefícios que contemplem os alunos público-alvo da educação especial;
- Zelar pela segurança dos alunos público-alvo da educação especial nos horários de entrada, saída e recreio;
- Elaborar os horários de aula referente ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) com a equipe escolar;
- Envolver-se ativamente nos eventos organizados pela escola;
- Participar de cursos e encontros promovidos pela Secretaria Executiva de Educação;

### ✓ **O PROFESSOR REGENTE DA SALA REGULAR**

O professor em sua área de atuação, deve mediar os processos de construção do conhecimento, por meio de um ambiente agradável e sem discriminação, com o objetivo de promover uma aprendizagem significativa tanto do ponto de vista educativo, quanto do ponto de vista social.

As atribuições desse profissional são:

- Acolher em sua sala de aula o aluno que também é público-alvo da Educação Especial de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e Diretrizes Operacionais para a Educação Especial - 2021;
- Levar à prática, por meio de providências concretas, as adequações curriculares necessárias a cada caso de necessidades educativas especiais encontradas em sua sala de aula;
- Garantir o planejamento/atuação colaborativa com o professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, para que as demandas de ajustes curriculares sejam de fato atendidos;
- Realizar um diagnóstico inicial dos alunos que também são público-alvo da Educação Especial, com base nos relatórios dos anos anteriores;
- Planejar e executar suas aulas com o pedagogo e professor de Atendimento Educacional Especializado, produzindo materiais didáticos e

pedagógicos acessíveis, que considerem as necessidades educacionais específicas desses alunos;

- Avaliar permanentemente o desenvolvimento do aluno que também são público-alvo da Educação Especial e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;
- Promover a participação dos alunos que também são público-alvo da Educação Especial nas atividades da vida diária de forma autônoma;
- Garantir a socialização e a integração desenvolvendo habilidades sociais de todos os alunos da turma;
- Participar de formações, cursos, seminários, palestras e outras atividades promovidas pela escola, Secretaria Executiva de Educação ou outras entidades, visando o aprimoramento do seu trabalho junto aos alunos que também são público-alvo da Educação Especial;
- Planejar ações pedagógicas de ensino-aprendizagem e socialização, criando estratégias para atender a especificidade do aluno com objetivos definidos a curto, médio e longo prazo;
- Mediar a aprendizagem sempre que necessário, com ações intencionais planejadas e sistemáticas;
- Propor atividades que, minimamente, o aluno tenha condições de realizar sozinho e/ou com ajuda, promovendo a interação social;
- Proporcionar que o aluno vivencie situações de sucesso escolar, respeitando a zona de desenvolvimento proximal;
- Romper com certezas, estigmas e preconceitos que se tenha em relação ao aluno público-alvo da educação especial;
- Avaliar durante o processo, os avanços e retrocessos do aluno, a partir de sua ação pedagógica e dos objetivos traçados anteriormente para o aluno;
- Conhecer, acolher e incluir o aluno público-alvo da educação especial, apresentado pelo pedagogo, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015);

- Levar à prática, por meio de providências concretas, as adaptações curriculares necessárias a cada aluno público-alvo da educação especial.

Compreender que ao pensar uma prática pedagógica a partir de um aluno público-alvo da educação especial não é desenvolver algo específico e a parte para ele, é pensar numa prática para ele, e que ao ser contemplado, todos os demais alunos da turma também o serão, e o processo de aprendizagem ficará muito mais responsivo e gratificante ao ser pensado de forma coletiva e para o coletivo da sala de aula.

### ✓ O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE):

O papel dos professores de AEE, estabelecido na Resolução nº 04 de 2009. na escola, é a criação de uma cultura inclusiva e fomentar a valorização do trabalho colaborativo, das diferenças e das potencialidades dos alunos. Eliminar barreiras no processo de ensino-aprendizagem e garantir o pleno acesso e participação de todos os alunos na escola regular são os objetivos do Atendimento Educacional Especializado (AEE), apoio pedagógico é importante para valorização da inclusão e da diversidade no ambiente escolar. Contudo, o simples acesso ao mesmo espaço não basta para garantir o desenvolvimento e sucesso escolar para todos. Assim, para garantir o direito à aprendizagem e de acesso ao currículo, o AEE foi criado em 2008 pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

São atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;

- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;
- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;
- Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

Essa rede de profissionais atua de maneira integrada, buscando superar barreiras e criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. A colaboração entre esses agentes é fundamental para o desenvolvimento pleno de cada aluno, independentemente de suas características e necessidades específicas.

#### 6.4 PROFISSIONAIS DE APOIO: PROMOVENDO ACESSO E APRENDIZADO INCLUSIVOS

Os Professores Bilíngue, Instrutor de Libras, Tradutor/Intérprete de Libras e de Braille oferecem suporte significativos aos alunos surdos e cegos ou com baixa

visão, garantindo a comunicação, informação e colaborando na adaptação de materiais didáticos para o formato acessível.

Esses profissionais não apenas preenchem lacunas linguísticas, mas também desempenham um papel fundamental na compreensão dos desafios únicos enfrentados por alunos surdos e cegos no ambiente escolar. Suas qualificações, atribuições e competências refletem a necessidade de um desempenho excepcional para assegurar que cada aluno, em sua singularidade, tenha acesso pleno ao aprendizado e ao desenvolvimento.

#### 6.4.1 ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR BILÍNGUE

A organização da educação bilíngue prevista no Decreto nº 5626/2005, no seu art. 22, incisos I e II, é a seguinte:

- I – Escola e classes de educação bilíngue, abertas a estudantes surdos e ouvintes, com professores bilíngues na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II – Escolas bilíngues ou escolas comuns do ensino regular, abertas aos estudantes surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento cientes da singularidade linguística dos estudantes surdos, bem como com a presença de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005)

A educação bilíngue para alunos com surdez nas escolas comuns visa garantir o pleno acesso à comunicação, à informação e à educação, conforme arts. 15 e 16:

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para estudantes surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:– Atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; e – áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos estudantes surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio estudante por essa modalidade. (BRASIL, 2005)



✓ **COMPETÊNCIAS:**

As atribuições específicas desse profissional são:

- Ministrar aulas de libras, utilizando metodologia de ensino de primeira língua – L1 (quando o público for o nativo de libras) ou de segunda língua – L2 (quando o público for composto por pessoas que têm como língua materna o português);
- Disseminar o idioma libras em toda comunidade escolar, através de cursos, oficinas, encontros e outros;
- Atuar na escola/classe bilíngue/sala de recursos multifuncional, ensinando a libras e promovendo a construção de conceitos acadêmicos em libras
- Atuar na escola comum, na SRM e/ou na classe especial desenvolvendo o AEE para o aluno surdo, ensinando a libras e promovendo a construção de conceitos acadêmicos em libras;
- Realizar itinerância, sempre que necessário;

#### 6.4.2 ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR E INSTRUTOR DE LIBRAS

O Capítulo 3º do Decreto nº 5.626/2005 é um marco importante na promoção da acessibilidade e inclusão das pessoas surdas na educação. Ao especificar que as pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação, o decreto reconhece a importância de capacitar esses indivíduos de maneira prioritária, garantindo que tenham acesso às ferramentas e conhecimentos necessários para se destacarem em suas áreas de atuação.

Além disso, a disposição que estabelece que as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras é fundamental para assegurar a representatividade e a expertise desses profissionais no ensino dessa língua. Isso não apenas fortalece a presença de educadores surdos, proporcionando modelos

inspiradores para os alunos, como também valoriza a riqueza cultural e linguística trazida por esses indivíduos.

Dessa forma, o Decreto nº 5.626/2005 não apenas reconhece a necessidade de inclusão e acessibilidade, mas também estabelece medidas concretas para promover a formação e a atuação prioritárias das pessoas surdas, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

### ✓ **COMPETÊNCIAS:**

Esse profissional é responsável pela instrução da libras e dos seus aspectos históricos e culturais para o aluno surdo e comunidade escolar. Seu perfil:

- Oferecer instrução em libras, utilizando metodologia de ensino de primeira língua – L1 (quando o público for o nativo das libras) ou de segunda língua – L2 (quando for para as pessoas que tem o português, como língua materna);
- Atuar na Escola/Classe Bilíngue/Sala de Recursos Multifuncional, desenvolvendo os conhecimentos teóricos e práticos sobre a libras e promovendo a construção de conceitos acadêmicos em língua de sinais;
- Disseminar a libras e a cultura surda, servindo como referência na construção da identidade do aluno surdo; participar de reuniões de planejamento com os professores realizar e cumprir plano de trabalho e de aula, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Realizar itinerância, sempre que necessário;
- Elaborar relatório de avaliação, segundo a proposta do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e as comunidades referências e de estudos de termos técnico-científicos utilizados nas aulas com o tradutor/intérprete das

libras e o professor da SRM;

#### 6.4.3 ATRIBUIÇÕES DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS

O Perfil do intérprete, conforme estabelece o Capítulo V do Decreto nº 5626/2005:

- Ser ouvinte, fluente nas libras e na língua portuguesa, apresentando amplo conhecimento dos aspectos linguísticos, polissêmicos, da diversidade de sentidos, dos aspectos culturais de ambas as línguas, bem como da temática abordada na situação comunicativa;
- Ter curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em libras – língua portuguesa, podendo atuar em todos os níveis de ensino;
- Ter curso superior e aprovação em exame de proficiência em tradução e interpretação das libras/português, promovido pelo MEC;
- Ter o Ensino Médio, aprovação em exame de proficiência em tradução e interpretação da libras/português promovido pelo MEC.

#### ✓ **COMPETÊNCIAS:**

Em se tratando do perfil desses profissionais, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº13.146/2015) traz no art. 28º, §2º, incisos I e II, o seguinte:

- I. Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;
- II. Os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015)  
Fluência em Libras e Português.  
Rapidez e precisão na interpretação.

#### 6.4.4 ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE BRAILLE:

Esse sistema é um código de escrita em relevo voltado às pessoas com deficiência visual. O processo é o mais adotado no mundo e, além das letras e números, ele oferece símbolos, pontuações e outros sinais que facilitam o entendimento de uma mensagem por aqueles que não conseguem enxergar. Utilizar o sistema Braille é uma forma de inclusão social. Com ele é possível proporcionar mais acessibilidade às pessoas com deficiência visual, contribuindo também para uma maior independência desse público, além do acesso ao ensino, aprendizagem, mercado de trabalho e as demais atividades que fazem parte da rotina de todas as pessoas.

Além de instituições de ensino voltado para o atendimento desse público, também é importante que os recursos sejam incluídos em locais e até mesmo em objetos que fazem parte da vida de todas as pessoas e ensinar o Sistema Braille, ou seja, o código de linguagem que permite a pessoas invisuais “lerem” com as mãos.

São atribuições específicas desse profissional:

- Preparar Planos de Estudos para os alunos em parceria com os seus professores e pais;

#### ✓ **COMPETÊNCIAS:**

- Domínio do sistema Braille.
- Criatividade para adaptar recursos didáticos.

### **7. GERÊNCIA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - GAESP: PROMOVENDO INCLUSÃO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE ALEGRE.**

A criação da Gerência de Atendimento Especializado (GAESP) em conformidade com a lei nº 3.582/2020 marca um avanço significativo na administração pública municipal de Alegre. Sob a égide dessa legislação, a GAESP emerge como

um órgão vital, dedicado a aprimorar a qualidade do ensino nas escolas públicas das redes municipais, especialmente para alunos com necessidades especiais e aqueles que requerem atenção específica devido às suas fragilidades, como os alunos com déficit de atenção. Atendendo ao Plano Municipal de Educação aprovado através da Lei Municipal nº 3.342/2015, na meta 4 que diz: “universalizar, para atender a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

A missão da GAESP é coordenar a implantação, execução e avaliação de políticas públicas de educação especial inclusiva, atendendo às demandas dos alunos público-alvo da educação especial. Além disso, a GAESP está empenhada em promover ações que melhorem a qualidade do ensino para todos os alunos, criando um ambiente inclusivo e acessível.

## 7.1 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

A GAESP é composta por uma equipe multidisciplinar altamente qualificada. Inclui pedagogos especializados em atendimento educacional especializado, psicólogos e assistentes sociais, todos dedicados a atender às necessidades das escolas da rede municipal.

## 7.2 ATRIBUIÇÕES DA GAESP

A GAESP, subordinada diretamente a Superintendência de Educação Básica, desempenha diversas funções essenciais, incluindo:

- Supervisionar os serviços de educação especial para educandos com deficiências físicas;
- Proporcionar serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial;

- Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Promover o plano de atendimento educacional especializado, avaliando a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Estabelecer parcerias para disponibilização de recursos de acessibilidade;
- Supervisionar a utilização de recursos de Tecnologia Assistiva;
- Promover a participação da família e interagir com serviços setoriais da saúde e assistência social.

### 7.3 ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

**Para os Pedagogos da GAESP:** as atribuições envolvem a organização do atendimento educacional especializado, incluindo a aplicação de recursos pedagógicos e de acessibilidade, a formação continuada de professores e a promoção de inclusão nas atividades escolares, de cuidadores e estagiários como apoio e suporte educacional.

**Os Psicólogos da GAESP:** aplicam seus conhecimentos para estudar e avaliar indivíduos com distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, oferecendo apoio psicológico e psicossocial aos alunos e suas famílias. Eles também colaboram com profissionais de Serviço Social e participam de atividades de treinamento de pessoal.

**Os Assistentes Sociais da GAESP:** coordenam levantamentos de dados para identificar problemas sociais e elaboram programas de assistência à população do Município e aos servidores municipais. Eles orientam grupos específicos de pessoas em várias áreas, como saúde, educação, habitação e planejamento familiar, promovendo a prevenção e solução de problemas sociais identificados.

A GAESP representa um compromisso sólido com a inclusão e a qualidade na educação de Alegre, oferecendo suporte especializado, promovendo parcerias e interagindo com várias partes interessadas. A GAESP está na vanguarda da transformação educacional, garantindo que cada aluno, independentemente de suas

necessidades, receba uma educação de qualidade e inclusiva. O futuro brilhante de Alegre é construído sobre os alicerces sólidos da educação acessível a todos.

## **8. TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM**

Nas escolas da rede Municipal de Alegre houve um acréscimo nos últimos anos de alunos matriculados com o CID 10 F90, conhecido como TDAH ou Transtorno Específicos de Aprendizagem e TOD, Transtorno opositor Desafiador, sendo possível aferir estes dados diante do levantamento realizado pela Secretaria Executiva de Educação de Alegre, setor da GAESP junto as escolas da rede municipal.

Estes transtornos interferem na aprendizagem dificultando a alfabetização, leitura, escrita, matemática, enfim, traz prejuízos no decorrer da vida escolar do aluno em todas as áreas da aprendizagem, já o TOD interfere na interação social do aluno no meio que está inserido. Para obterem resultados satisfatórios na aprendizagem e comportamento é preciso mais do que simplesmente adaptações de atividades, mas, como também, terapias comportamentais, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e acompanhamento clínico, sendo este, o responsável em diagnosticar a necessidade ou não de uso de algum medicamento.

Com a lei nº 14.254/2019, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem e a Lei estadual nº 11.076/ 2019, que obriga as unidades escolares públicas e privadas, no âmbito do Estado do Espírito Santo, a disponibilizar assentos em locais determinados aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, e dá outras providências, o Município precisa priorizar e intensificar as adaptações e estratégias metodológicas e pedagógicas com formações continuadas de professores para promover a aprendizagem dos alunos com TDAH e TOD, para tanto, há a necessidade de elaboração de documento específico, que norteará o atendimento do aluno na escola e no seu processo de aprendizagem.

### **8.1 TIPOS DE TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM**

O transtorno de aprendizagem é uma condição neurológica que afeta a aprendizagem e o processamento de informações, ou seja, o transtorno de aprendizagem é diferente da dificuldade de aprendizagem. O transtorno de aprendizagem é uma condição permanente, já a dificuldade de aprendizagem é uma condição passageira que acontece em um determinado momento da vida da criança por algum motivo externo, alguma influência externa que dificulta o processo de aprendizagem. Por exemplo, questões emocionais, problemas familiares, alimentação inadequada, ambiente desfavorável entre outras.

Observe o quadro abaixo e conheça a definição dos tipos de transtornos de aprendizagem, segundo a Associação Brasileira de Dislexia e de Déficit de Atenção/hiperatividade:

TIPOS DE TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM	DEFINIÇÃO
DISLEXIA	Pessoas disléxicas tem dificuldade na leitura, no reconhecimento de palavras e tem problemas de decodificação. Então é um transtorno que afeta habilidades básicas de leitura e linguagem
DISCALCULIA	Dificuldades com números e na compreensão dos exercícios de matemática. Esse transtorno afeta a habilidade da criança de realizar cálculos matemáticos, entender conceitos numéricos e até dificuldades na identificação visual e auditiva de números.
DISGRAFIA	É um transtorno que afeta a qualidade da escrita, no que se refere ao seu traçado ou à grafia.
DISORTOGRAFIA	Uma dificuldade manifestada por “um conjunto de erros da escrita que afetam a palavra, mas não o traçado ou a grafia. Uma criança com disortografia não é necessariamente digráfica.
TANV – Transtorno da Aprendizagem Não Verbal	É um transtorno no qual a criança apresenta prejuízos na cognição viso espacial, na coordenação motora, na percepção sensorial, nas habilidades sociais e na comunicação não verbal.



TPAC – Transtorno do Processamento Auditivo Central	Ele atinge as áreas do cérebro relacionadas às habilidades auditivas e dificulta a interpretação das informações sonoras.
TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade	A pessoa apresenta desatenção, hiperatividade e impulsividade. O TDAH geralmente surge na infância e acompanha a pessoa por toda a vida.

As tradicionais salas de aula e atividades acadêmicas exacerbam os sinais e sintomas da criança com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) não tratada ou inadequadamente tratada. A imaturidade social e emocional pode ser persistente. A má aceitação pelos pares e a solidão tendem a aumentar com a idade e com a exposição dos sintomas. O transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) pode levar a uso abusivo de substâncias se aquele não for identificado e tratado adequadamente porque muitos adolescentes e adultos com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) se automedicam tanto com substâncias lícitas p. ex., cafeína) quanto ilícitas (p. ex., cocaína, anfetaminas).

Os problemas entre os adolescentes e adultos se manifestam predominantemente como deficiências acadêmicas, baixa autoestima e dificuldades para assimilar um comportamento social adequado. Adolescentes e adultos que apresentam transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) predominantemente impulsivo podem ter incidência aumentada de distúrbios de personalidade e comportamento antissocial, podem continuar a exteriorizar impulsividade, agitação e deficientes habilidades sociais. Pessoas com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) parecem ajustar-se melhor no trabalho do que em situações acadêmicas e caseiras, particularmente se encontrarem trabalho que não exige atenção para realizar.

## 8.2 TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

O tratamento do aluno com transtorno específico de aprendizagem, vai depender do tipo de transtorno que ele apresenta, mas, na sua maioria é indicado intervenção multidisciplinar e clínica, que visa ajudar a pessoa a superar, na medida do possível, o comprometimento que tem e, também há as adaptações curriculares. A

escola precisa fazer modificações no conteúdo, para facilitar a aprendizagem, assim como qualquer outro transtorno de aprendizagem – o professor precisa estabelecer uma boa relação com o aluno e fazê-lo perceber que a sua presença é importante para apoiá-lo quando mais precisar e o professor deve tentar reduzir o impacto deste comprometimento da aprendizagem ou na expressão do conhecimento, ou seja, adaptar as atividades. A adaptação seria, por exemplo, fazer exercício oral com esse aluno, preparar exercício de múltipla escolha. intervir, fornecer instruções e oportunidades para melhorar seu desempenho.

A intervenção junto de alunos com transtornos específicos de aprendizagem, não deve obedecer a um único modelo, mas sim a uma variedade de técnicas que tenham em conta não apenas a correção dos erros ortográficos, mas também a percepção auditiva, visual e espaciotemporal para ajudar na organização. A intervenção costuma ser multidisciplinar, ou seja, conta com o apoio de diversos especialistas como psicólogos, psicopedagogos, pediatras, psiquiatras, neurologistas, fonoaudiólogos e profissionais da área pedagógica escolar (pedagogo, diretor, professor da sala e do atendimento educacional especializado). E alguns medicamentos podem ser indicados pelo médico para controlar os sintomas, assegurando o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e de habilidades sociais.

### 8.3 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS E METODOLÓGICAS

A seguir apresentamos algumas estratégias para o dia a dia da escola, para o aluno com TDAH.

#### 8.3.1 RECEBENDO E ACOLHENDO O ALUNO

- Identifique quais os talentos que seu aluno possui. Estimule, aprove, encoraje e ajude no desenvolvimento deste;

- Elogie sempre que possível e minimize ao máximo evidenciar os fracassos;
- O prejuízo à autoestima frequentemente é o aspecto mais devastador para o TDAH;
- O prazer está diretamente relacionado à capacidade de aprender. Seja criativo e afetivo buscando estratégias que estimulem o interesse do aluno para que este encontre prazer na sala de aula.
- Solicite ajuda sempre que necessário. Lembre-se que o aluno com TDAH conta com profissionais especializados neste transtorno;
- Evite o estigma conversando com seus alunos sobre as necessidades específicas de cada um, com transtorno ou não

### 8.3.2 ORGANIZANDO O ESPAÇO – MONITORANDO O PROCESSO

A rotina e organização são elementos fundamentais para o desenvolvimento dos alunos, principalmente para os que apresentam TDAH:

- A organização externa irá refletir diretamente em uma maior organização interna. Assim, alertas e lembretes serão de extrema valia.
- Quanto mais próximo de você e mais distante de estímulos distratores, maior benefício ele poderá alcançar.
- Uma conversa com Educadores
- Estabeleça combinados. Estes precisam ser claros e diretos. Lembre-se que ele se tornará mais seguro se souber o que se espera dele.
- Deixe claras as regras e os limites inclusive prevendo consequências ao descumprimento destes. Seja seguro e firme na aplicação das punições quando necessárias, optando por uma modalidade educativa, por exemplo, em situações de briga no parque, afaste-o do conflito, porém mantenha-o no ambiente para que ele possa observar como seus pares interagem.

- Avalie diariamente com seu aluno o seu comportamento e desempenho estimulando a autoavaliação.
- Informe frequentemente os progressos alcançados por seu aluno, buscando estimular avanços ainda maiores.
- Dê ênfase a tudo o que é permitido e valorize cada ação dessa natureza.
- Ajude seu aluno a descobrir por si próprio as estratégias mais funcionais.
- Estimule que seu aluno peça ajuda e dê auxílios apenas quando necessário.

### 8.3.3 PROCEDIMENTOS FACILITADORES

- Estabeleça contato visual sempre que possível, isto possibilitará uma maior sustentação da atenção.
- Proponha uma programação diária e tente cumpri-la. Se possível, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) além de falar coloque-a no quadro. Em caso de mudanças ou situações que fogem a rotina, comunique o mais previamente possível.
- A repetição é um forte aliado na busca pelo melhor desempenho do aluno.
- Estimule o desenvolvimento de técnicas que auxiliem a memorização. Use listas, rimas, músicas, etc.
- Determine intervalos entre as tarefas como forma de recompensa pelo esforço feito. Esta medida poderá aumentar o tempo da atenção concentrada e redução da impulsividade.
- Combine saídas de sala estratégicas e assegure o retorno. Para tanto, conte com o pessoal de apoio da escola.
- Monitore o grau de estimulação proporcionado por cada atividade. Lembre-se que muitas vezes o aluno com TDAH pode alcançar um grau de

excitabilidade maior do que o previsto por você, criando situações de difícil controle.

- Adote um sistema de pontuação. Incentivos e recompensas, em geral, alcançam bons resultados, integrando ao grupo.
- A integração ao grupo será um fator de crescimento. Esteja atento ao grau de aceitação da turma em relação a este aluno.
- Identifique possíveis parceiros de trabalho. Grandes conquistas podem ser obtidas através do contato com os pares.
- Sua capacidade de liderança, improviso e criatividade são ferramentas que podem auxiliar no nivelamento da atenção do grupo e em especial do aluno com TDAH. Use o humor sempre que possível.

#### 8.3.4 UMA CONVERSA COM EDUCADORES: REALIZANDO TAREFAS, TESTES E PROVAS

- As instruções devem ser simples. Tente evitar mais de uma consigna por questão.
- Destaque palavras-chaves fazendo uso de cores, sublinhado ou negrito.
- Estimule o aluno destacar e sublinhar as informações importantes contidas nos textos e enunciados.
- Evite atividades longas, subdividindo-as em tarefas menores. Reduza o sentimento de “eu nunca serei capaz de fazer isso”.
- Mescle tarefas com maior grau de exigência com as de menor grau de exigência.
- Incentive a leitura e compreensão por tópicos.
- Utilize procedimentos alternativos como testes orais, uso do computador, ferramentas de calcular, dentre outros.
- Estimule a prática de fazer resumos. Isto facilita a estruturação das ideias e fixação do conteúdo.
- Oriente o aluno a como responder provas de múltiplas escolhas ou abertas.

- Estenda o tempo para a execução de tarefas, testes e provas.
- A agenda pode contribuir na organização do aluno e na comunicação entre escola e família.
- Incentive a revisão das tarefas e provas. Contato com a família, deveres e trabalhos em casa.
- Mantenha constante contato com a família. Tente utilizar as informações fornecidas por ela com o objetivo de compreender melhor o seu aluno.
- Procure nesses encontros enfatizar os ganhos e não apenas pontuar as dificuldades.
- Evite chamá-los apenas quando há problemas.
- Ajude seu aluno a fazer um cronograma de tarefas e estudos de casa. Isto poderá contribuir para minimizar a tendência a deixar tudo para depois.
- Tente anunciar previamente os temas e familiarizar o aluno com situações que posteriormente serão vivenciadas.
- Estimule a atividade física.

O Instituto ABCD empreendeu um Guia (2018) para escolas e universidades sobre como lecionar para o aluno que apresenta transtorno específicos de aprendizagem e citam várias orientações para o cotidiano escolar.

Na sua redação traz afirmativas para a melhor compreensão por parte dos educadores/escola da condição do aluno, inclusive alerta que não há cura para os transtornos de aprendizagem, mas tratamento. Isso significa que as pessoas com dislexia deverão enfrentar continuamente os desafios impostos por essa condição. Na vida acadêmica, área de grande impacto desses transtornos, é papel fundamental que a escola auxilie seus alunos disléxicos a desenvolver ao máximo seu potencial. Durante os períodos de avaliação escolar, recomendamos as seguintes adaptações:

a) **Ledor** – Profissional que, se necessário, poderá ler as questões das provas para o aluno.

b) **Transcritor** – Profissional que auxilie, se necessário, a transcrever a redação e as questões discursivas.

c) **Maior tempo de prova** – Recomendamos que os alunos com transtornos de aprendizagem tenham, ao menos, 25% a mais de tempo para realização da prova.

d) **Calculadora ou Computador** – Para pessoas com discalculia é importante o uso de ferramentas de calcular como apoio nas provas, pois o que deve ser valorizado é o raciocínio envolvido na solução e não as operações matemáticas.

Este profissional, deverá ser da equipe escolar, designado pelo diretor da unidade de ensino, podendo ser o professor do AEE, pedagogo, coordenador, professor de área específicas etc.

### 8.3.5 MANEIRAS ALTERNATIVAS DE AVALIAÇÕES

A Prova oral, trabalhos em grupo, seminários e outras formas de avaliação e a correção diferenciada a ênfase da correção das provas dos alunos privilegiará o conteúdo e seu desenvolvimento argumentativo, sendo o quesito referente aos erros ortográficos o último a ser observado, segundo o Guia.

Além das adaptações nas avaliações, é necessário um monitoramento contínuo do psicólogo ou psicopedagogo da escola e do especialista da saúde que acompanha o aluno fora da escola. É usual que profissionais da educação e da saúde que conhecem e acompanham o disléxico mantenham contato, com o intuito de compartilharem informações e trocarem experiências que favoreçam e viabilizem o desenvolvimento de estratégias individualizadas, bem como a realização/ orientação de adaptações que permitam ao disléxico desenvolver adequadamente suas competências.

### 8.4 SOBRE O ALUNO COM TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR (TOD).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), caracteriza que o comportamento opositor surge em determinados estágios do desenvolvimento de um indivíduo, principalmente na infância e adolescência, podendo ser associado a diversos tipos de adversidades psicológicas, tais como o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Transtorno Psicótico, Transtorno de Conduta, e outros (DSM IV, 2000).

A característica essencial do Transtorno Opositor Desafiador é descrita como um padrão recorrente de comportamento negativista, desafiador, desobediente e hostil para com figuras de autoridade, que persiste por, pelo menos, seis meses (DSM IV, 2000, p. 12)

O TOD é reconhecido como um transtorno neuropsíquico de comportamento destrutivo (agressividade, impulsos destruidor, verbal ou físico) que se refere à apresentação de comportamentos que fazem mal não somente para a criança em si, mas também para todos que fazem parte da comunidade em que convive, afetando a aprendizagem e o relacionamento com pais, professores e colegas (ARAUJO; LOTUFO NETO, 2014).

O aluno pode representar um aspecto preocupante aos educadores, pois é normal que muitos desses profissionais ainda não saibam como lidar com tal situação.

É importante saber que quando uma criança apresenta características do **TOD**, ela pode ter bons resultados pedagógicos. Tudo isso depende, é claro, de algumas adaptações que visem ao que é esperado. Por falar em adaptar o aluno, este quesito é o primeiro que abordaremos.

#### 8.4.1 PROCEDIMENTOS FACILITADORES COMPORTAMENTAIS

- Fazer algumas mudanças que podem beneficiar o aluno, como colocá-lo em um lugar que não o faça distrair. Sendo assim, vale tentar reposicioná-lo na primeira fileira, por exemplo, favorecendo a apreensão do conteúdo e, conseqüentemente, um clima mais harmônico entre o aluno e seus colegas;
- Advertir comportamentos com calma sempre que o aluno quiser adotar comportamentos que chamem a atenção, a melhor maneira é não o repreender na frente dos demais alunos. Ao adverti-lo, faça da maneira mais branda possível e nunca o coloque em uma situação de constrangimento.
- É importante que você estimule a amizade entre os alunos;
- Manter a calma, mesmo em momentos de agressão, quando a criança com TOD é contrariada, ela pode agir de forma mais ríspida e ameaçar a



bater. A melhor forma de lidar com isso é segurar-lhe as mãos, agachar-se junto dela e falar com muita doçura para que a criança perca a coragem de prosseguir com o ato pensado anteriormente;

- Não é aconselhável nunca debater com o aluno para evitar situações que só trarão muito desgaste aos dois, principalmente a você;
- Inclusão total da criança;
- Se o aluno agir de maneira inadequada, não faça como muitos profissionais fazem erroneamente dando o isolamento. A solução é chamá-lo para ser ajudante de turma ou pedir ajuda ele para fazer parte de alguma brincadeira. Se isso não adiantar, procure estabelecer um contato com os pais e o terapeuta do aluno para que você possa encontrar uma solução para essa rebeldia. A única coisa que não deve ser feita é submetê-lo ao isolamento ou ao constrangimento.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Luciana Mendonça; LODI, Debora Fraga; FERREIRA, Maria do Carmo Mangelli; ALVES, Juliana Flores Mendonça; SIQUEIRA, Claudia Machado; NAVAS, Ana Luiza. **Transtornos de aprendizagem**. 1. ed. Belo Horizonte: Cognos, 2020. 20 p.: il.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, A. C.; LOTUFO NETO, F. **A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais - o DSM-5**. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452014000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452014000100007). Acesso em 20 mar. 2024.

ARRUDA, Marcos A. Levados da Brega: **Um guia sobre crianças e adolescentes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)**. Rio de Janeiro: Editora Glia, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA). **TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade: Uma conversa com educadores**. Disponível em: <http://neuroconecta.com.br/transtornos-especificos-de-aprendizagem-caracteristicas-e-sinais>. Acesso em: 13 de out 2023

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA). **TDAH – Guia para professores. Crianças com Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação: Em Casa e na Sala de Aula**. Publicado em set. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA). **Todos entendem: Conversando com os Pais sobre como lidar com Dislexia**. Disponível em: [www.institutoabcd.com.br](http://www.institutoabcd.com.br); acessado em 10 de fevereiro de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA). **Guia para escolas e universidades sobre o aluno com Dislexia e outros transtornos de aprendizagem**. Disponível em [https://institutoabcd.org.br/wp-content/uploads/dlm\\_uploads/2019/04/Guia-para-Escolas-e-Universidades.pdf](https://institutoabcd.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2019/04/Guia-para-Escolas-e-Universidades.pdf).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA - A.B.D. **Compêndio de normas que regulamentam a inclusão educacional dos educandos com transtornos de aprendizagem**. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA). **Sugere cartilhas sobre TDAH**. Disponível em: <https://tdah.org.br/cartilhas-da-abda/> (<https://tdah.org.br/cartilhas-da-abda/>). Acesso em: 13 de out 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília. MEC\SEESP. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências

BRASIL, MEC. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo/coordenação geral – Francisca Roseneide Furtado do Monte, Idê Borges dos Santos – reimpressão. 64 p. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

BRAZ-AQUINO, Fabíola de Sousa; FERREIRA, Ingrid Rayssa Lucena; CAVALCANTE, Lorena de Almeida. **Concepções e Práticas de Psicólogos Escolares e Docentes acerca da Inclusão Escolar**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 36, n. 2, p. 255-266, abr./jun. 2016.

CAPELLINI, Simone Aparecida; CERQUEIRA-CÉSAR, Alessandra; SANTOS, Bianca dos. **Dislexia: Da identificação precoce à intervenção**. E-book. Marília: LIDA, 2020.

CARREIRO, L. R. R.; AFONSO Jr, A. dos S.; PAES, I. T.; SILVA, M. M. M.; TEIXEIRA, M. C. T. V. **Guia de orientações para pais de crianças e adolescentes com TDAH em períodos de ensino não presencial**. 2020. ISBN: 978-65-00-11199-3. CanChild, Centre for Childhood Disability Research, 2003.

LINS, Eduarda Kammers; AVILA, Bruna Martins; STANGE, Naomi; SARTORI, Márcia Santos; DIAS, Natália Martins. **Juntando as peças: aprendendo sobre a Dislexia: uma cartilha para pais e professores**. Laboratório de Neuropsicologia Cognitiva e Escolar (LANCE), UFSC. Disponível em: <<https://lance.páginas.ufsc.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MATOS, Edneia Felix de; SANTOS, Daniela Miranda Fernandes. **Discalculia: a utilização de estratégias de intervenção baseadas no lúdico**. Revista Científica de Ciências Aplicadas da FAIP, v. 3, n. 6, nov. 2016. Disponível em: <http://faip.revista.inf.br>. Acesso em: 16 fev. 2023.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky – aprendizado e desenvolvimento**. Um processo sócio-histórico. SP: Scipione, 1993.

SEDU. Diretrizes Da Educação Especial Na Educação Básica E Profissional Para A Rede Estadual De Ensino Do Espírito Santo. **Educação Especial: Inclusão e Respeito à Diferença**. 2ª Edição. 28 p. Vitória - ES, 2011. Disponível em: [www.sedu.org.br](http://www.sedu.org.br) acesso em 23 out.2023

TONIOLO, Cintia Sicchieri; CAPELLINI, Simone Aparecida. **Transtorno do desenvolvimento da coordenação: revisão de literatura sobre os instrumentos de avaliação**. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Campus, São Carlos,

SP. Revista Psicopedagogia, 2010; 27(82): 109-16. Disponível em: <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

TREVISAN, Marlon C.; SCREMIN, Greice. **Discalculia e outras dificuldades de aprendizagem: um olhar para o ensino dos números naturais e das operações fundamentais da matemática**. Universidade Franciscana – UFN, Tese de Mestrado, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/431692?mode=full>. Acesso em: 06 fev. 2023.